



ACADEMIA MILITAR

A Aplicabilidade do Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados na Escolha dos Métodos e Meios de Guerra

Autor

Aspirante Aluna de Artilharia Ana Cláudia de Fernandes e Rouquinho

Orientador: Coronel de Artilharia Rui Manuel Ferreira Venâncio Baleizão

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro 2014



ACADEMIA MILITAR

A Aplicabilidade do Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados na Escolha dos Métodos e Meios de Guerra

Autor

Aspirante Aluna de Artilharia Ana Cláudia de Fernandes e Rouquinho

Orientador: Coronel de Artilharia Rui Manuel Ferreira Venâncio Baleizão

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, setembro 2014

Dedicatória

Aos Meus Pais e Irmãs,
Molly e Protão

Agradecimentos

A elaboração deste trabalho contou com a colaboração e opiniões de pessoas com elevada experiência e conhecimento na área estudada, que contribuíram decisivamente para a investigação.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao General Campos Almeida, ao Comandante Neves Correia, ao Tenente-Coronel Godinho e à Primeiro-Tenente Silva, pela pronta disponibilidade e partilha de conhecimentos.

Agradeço, também, à minha família e amigos pelo apoio demonstrado ao longo de todas as etapas da minha vida que, mais do que contribuir para a minha formação profissional, contribuíram decisivamente para a minha formação pessoal.

Ao Curso Tenente General António da Costa e Silva, pela camaradagem e amizade criada em cinco anos, em muito contribuindo para a conclusão deste curso.

Finalmente, quero agradecer ao Sr. Coronel Rui Baleizão que, na qualidade de Orientador deste trabalho, demonstrou sempre total disponibilidade. O meu obrigado pelo seu apoio, dedicação e profissionalismo, cruciais para a realização desta investigação.

E, ainda, a todos os que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho, os meus sinceros agradecimentos.

Resumo

O Direito Internacional Humanitário é o conjunto de normas internacionais que têm como principal objetivo minimizar os efeitos derivados dos conflitos armados. Estas normas vão limitar, por razões humanitárias, a escolha dos meios e métodos de guerra, protegendo as pessoas e bens que estão ou podem vir a estar afetados.

Com o presente trabalho intitulado “A Aplicabilidade do Direito Internacional Humanitário na Escolha dos Métodos e Meios de Guerra”, realizou-se um estudo de forma a compreender as disposições do Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados que restringem os métodos e meios de guerra.

Para este estudo, foi feita uma pesquisa documental, nomeadamente no que diz respeito ao Direito Internacional Humanitário, Meios e Métodos de Guerra, Regras de Empenhamento e Responsabilidade dos Comandantes Militares. Seguidamente, e de forma a complementar a componente teórica do trabalho, foram também realizadas quatro entrevistas a entidades com elevada experiência profissional na área, permitindo recolher informação de forma direta e comparar diferentes visões.

Os meios e métodos de guerra, definidos como as armas e táticas utilizadas durante conflitos, são limitadas por diversos normativos, previstos em Convenções, Protocolos Adicionais e Acordos. Tendo em conta estas limitações, são formuladas Regras de Empenhamento, que qualquer Comandante deve ter conta durante o processo de planeamento e durante a condução de uma operação. Assim, para que um Comandante tenha noção de todos os normativos legais que condicionam a sua ação, incluindo as Regras de Empenhamento, é fundamental que estes tenham uma preparação adequada. O Tribunal Penal Internacional surge como ferramenta importante para o julgamento de crimes de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crimes de agressão.

No fim da investigação, pudemos concluir que os limites impostos pelo Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados estão adequados à conflitualidade atual, resultado das atualizações que têm sido feitas, através de Protocolos e Acordos.

Palavras – Chave: Direito Internacional Humanitário; Métodos e Meios de Guerra; Regras de Empenhamento; Responsabilidade dos Comandantes.

Abstract

International Humanitarian Law is a set of international standards which have as main objective to minimize the effects of armed conflict. These standards will limit, for humanitarian reasons, the choice of means and methods of warfare, protecting people and assets that are or may be affected.

With the present work entitled "Applicability of International Humanitarian and Armed Conflict Law in the Choice of Methods and of War", we performed a study in order to understand the provisions of International Humanitarian and Armed Conflict Law that restrict the methods and means of warfare.

For this study, there was a documentary research, particularly with regard to International Humanitarian Law, Means and Methods of Warfare, Rules of Engagement and Responsibility of Military Commanders. Subsequently, and in order to complement the theoretical work, there were also carried out four interviews to entities with high professional experience in the area, allowing to collect information directly and to compare different visions.

The Means and Methods of Warfare, defined as the tactics and weapons used during conflicts, are limited by several regulations, expounded in Conventions, Additional Protocols and Agreements. Given these constraints, Rules of Engagement are formulated and any commander must take them into account during the planning process and during the conduct of an operation. Therefore, for a Commander to have all notions of legal norms that constrain their actions, including the Rules of Engagement, it is essential that they have adequate preparation. The International Criminal Court emerges as an important tool for the prosecution of genocide, crimes against humanity, war crimes and crimes of aggression.

At the end of the investigation, we concluded that the limits imposed by International Humanitarian and Armed Conflict Law are appropriate to the present, as result of the updates that have been made through the Protocols and Agreements conflict.

Key - Words: International Humanitarian Law; Methods and Means of War; Rules of Engagement; Responsibility of Commanders.

Índice Geral

Dedicatória.....	i
Agradecimentos	ii
Resumo	iii
Abstract.....	iv
Índice Geral	v
Índice de Figuras	viii
Índice de Quadros e Tabelas.....	ix
Lista de Apêndices.....	x
Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos	xi
 Capítulo 1 - Introdução	 1
1.1. Introdução.....	1
1.2. Enquadramento.....	1
1.3. Justificação da Escolha do Tema	2
1.4. Pergunta de Partida e Perguntas Derivadas	2
1.5. Objetivo Geral e Objetivos Específicos	3
1.6. Metodologia	3
1.7. Enunciado da Estrutura do Trabalho	3
 Capítulo 2 – Metodologia e Procedimentos	 5
2.1. Método	5
2.2. Técnicas, Meios e Procedimentos Utilizados.....	6
2.3. Amostra: Composição e Justificação	6
 Capítulo 3 – Direito Internacional Humanitário	 8
3.1. Conceito	8
3.2. Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados	9
3.3. Fontes do Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados.....	9

3.4. Princípios do Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados	10
3.5. Jus ad Bellum e Jus in Bellum	12
3.5.1. Jus ad Bellum.....	12
3.5.2. Jus in Bellum.....	13
3.6. Desafios ao Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados.....	14
Capítulo 4 – Meios e Métodos de Guerra	16
4.1. Generalidades	16
4.2. Meios de Guerra	17
4.2.1. Conceito	17
4.2.2. Restrições Genéricas aos Meios de Guerra.....	17
4.2.3. Restrições Específicas aos Meios de Guerra	18
4.3. Métodos de Guerra	21
4.3.1. Conceito	21
4.3.2. Procedimentos.....	21
4.3.3. Ataques	22
Capítulo 5 – As Regras de Empenhamento e o DIHCA.....	24
5.1. Conceito	24
5.2. As Regras de Empenhamento e a Legítima Defesa	26
5.3. Planeamento das Regras de Empenhamento	28
Capítulo 6 – Responsabilidade dos Comandantes Militares	29
6.1. Jus Post Bellum	30
6.2. Tribunal Penal Internacional (TPI)	30
6.2.1. Conceito	30
6.2.2. Competências do TPI.....	31
6.2.3. Aplicabilidade do TPI.....	32
6.2.4. Responsabilidade dos Chefes Militares e Outros Superiores Hierárquicos	32
Capítulo 7 – Apresentação e Análise de Resultados	33
7.1. Análise de Resultados	33

Capítulo 8 – Conclusões e Recomendações	43
8.1. Generalidades	43
8.2. Resposta às Perguntas Derivadas e Pergunta de Partida	43
8.3. Conclusões	45
8.4. Limitações	46
8.5. Investigações Futuras	46
 Bibliografia.....	 47

Índice de Figuras

Figura 1 – Fatores Influenciadores das Regras de Empenhamento.....	26
---	----

Índice de Quadros e Tabelas

Quadro 1 – Caracterização da Amostra.....	7
Tabela 1 - Análise de resultados obtidos na Questão “Sentiu alguma dificuldade durante a missão relacionada com matéria no âmbito do Direito? Se sim, que dificuldades?”	33
Tabela 2 - Análise dos resultados obtidos na Questão “De que forma estão as regras de empenhamento relacionadas com o DIHCA?”	35
Tabela 3 - Análise dos resultados obtidos na Questão “Que responsabilidades têm os comandantes militares e qual a sua preparação do ponto de vista jurídico?”	36
Tabela 4 - Análise de resultados obtidos na Questão “Que preparação têm os comandantes militares antes de participar em operações de apoio à paz?”	38
Tabela 5 - Análise de resultados obtidos na Questão “Essa preparação é adequada, tendo em conta a diversidade de operações a ser realizadas? Que alterações poderiam ser propostas?”	39
Tabela 6 -Análise de resultados obtidos na Questão “Na sua opinião, os limites impostos pelo DIHCA estão, atualmente, adequados ao tipo de conflitos existentes?”	41

Lista de Apêndices

Apêndice A	Entrevista n.º1	52
Apêndice B	Entrevista n.º2	59
Apêndice C	Entrevista n.º3	65
Apêndice D	Entrevista n.º4	69

Lista de Abreviaturas, Siglas e Acrónimos

A

AM	Academia Militar
Art.º	Artigo

C

C IV	IV Convenção de Genebra
CPOS	Curso de Promoção a Oficial Superior

D

DCA	Direito dos Conflitos Armados
DE	Direção de Ensino
DI	Direito Internacional
DIH	Direito Internacional Humanitário
DIHCA	Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados
DJOI	Departamento Jurídico Operacional e Internacional

E

EU	European Union (União Europeia)
----	---------------------------------

F

FND	Força Nacional Destacada
-----	--------------------------

N

NEO	Non-Combatant Evacuation Operation (Operação de Evacuação de Não-Combatentes)
NEP	Norma de Execução Permanente
NU	Nações Unidas

O

OTAN	Organização Tratado Atlântico Norte
------	-------------------------------------

P

PA I	Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra
PA II	Protocolo II Adicional às Convenções de Genebra
PSO	Peace Support Operation (Operações de Apoio à Paz)

Q

QP Quadro Permanente

R

RC Regime de Contrato

ROE Rules of Engagement (Regras de Empenhamento)

RV Regime de Voluntariado

T

TIA Trabalho de Investigação Aplicada

TIJ Tribunal Internacional de Justiça

TPI Tribunal Penal Internacional

TPO Tirocínio para Oficial

Capítulo 1

Introdução

1.1. Introdução

No âmbito da estrutura curricular ministrada na Academia Militar (AM) e do Tirocínio para Oficial do Exército (TPO), surge o presente relatório científico final do trabalho de investigação aplicada (TIA), subordinado ao tema “*A Aplicabilidade do Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados na Escolha dos Métodos e Meios de Guerra*”.

Segundo a Norma de Execução Permanente (NEP) 520/2.^a da Direção de Ensino (DE), o principal objetivo do TIA é “a aplicação de competências adquiridas e o desenvolvimento de capacidades que permitam e constituam a base de aplicações originais, em ambiente de investigação, nos domínios da segurança e defesa e, em particular, em áreas concretas de especialização” (Academia Militar, 2013).

1.2. Enquadramento

O Direito Internacional Humanitário (DIH) é entendido como “o conjunto de normas internacionais, baseadas em tratados e acordos de origem convencional e de usos e costumes da guerra, destinadas a minimizar os efeitos derivados dos conflitos armados, internacionais ou não, que limitam, por razões humanitárias, o direito das partes em conflito a escolher os métodos e meios de guerra e protegem as pessoas e os bens afetados ou que podem vir a ser afetados pelo conflito” (Ejército de Tierra Español, 2007, pp. 1-1).

Assim, podemos afirmar que o objetivo principal do DIH é proteger a Humanidade em tempo de guerra, limitando os efeitos provocados pelos conflitos e que contém, essencialmente, dois tipos de normas. As primeiras tratam da proteção das vítimas da guerra, civis ou não, e que são comumente conhecidas como Direito de Genebra. As

segundas estão relacionadas com a regulamentação dos meios e métodos de guerra, concentrando-se na condução das operações militares.

1.3. Justificação da Escolha do Tema

Em qualquer conflito, o objetivo de cada um dos intervenientes é alcançar vantagem em relação ao inimigo. Contudo, a escolha dos métodos e meios de guerra (armas a utilizar, táticas, entre outros aspetos) a utilizar não é ilimitada. Além disso, todo o emprego de força que cause sofrimento excessivo ou desnecessário é proibido.

Desta forma, podemos afirmar que o DIH, bem como o Direito de Haia em particular, é matéria de interesse de qualquer comandante militar no âmbito dos conflitos armados.

Numa época de grande instabilidade internacional e, consequentemente, de uma globalização de conflitos, pretendemos, também, analisar as limitações da escolha dos métodos e meios de guerra pelo Direito de Haia, relacionando essas mesmas limitações com os princípios do Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados (DIHCA).

1.4. Pergunta de Partida e Perguntas Derivadas

De modo a estruturar o trabalho e a tornar o tema mais claro, a Pergunta de Partida proposta é:

“Que disposições de DIHCA restringem os meios e métodos de guerra a usar nas operações de resposta a crises, nomeadamente no que diz respeito às operações de apoio à paz?”

Para orientar a pesquisa e chegar, de forma mais metódica, à resposta para a Pergunta de Partida, surgem, então, algumas perguntas derivadas:

- *De que modo estão as Regras de Empenhamento das Operações de Apoio à Paz relacionadas com os limites impostos pelo DIHCA aos meios e métodos de guerra?*

- *Será adequada a preparação dos comandantes militares que participam em operações de apoio à paz, de modo a que o seu planeamento e respetiva conduta respeite as imposições legais impostas pelo DIHCA?*

- Serão os limites impostos pelo DIHCA quanto à utilização dos meios e métodos de guerra adequados às ameaças e ao tipo de conflitos que se vivem atualmente, tendo em conta que a grande percentagem de vítimas são civis?

1.5. Objetivo Geral e Objetivos Específicos

Este trabalho tem como principal objetivo identificar que disposições do DIHCA restringem os métodos e meios de guerra a usar nas Operações de Resposta a Crises, nomeadamente no que diz respeito às Operações de Apoio à Paz.

Para a concretização deste objetivo, será feita uma pesquisa, sobretudo documental, de modo a estudar e compreender de que forma a condução das operações militares estão, então, sujeitas à Lei e, em particular, ao DIHCA.

1.6. Metodologia

Inicialmente, o trabalho terá uma componente teórica, que servirá de base para a compreensão e justificação das diferentes temáticas. Para isto, serão tidos como base autores de referência e documentos oficiais.

Numa segunda fase, e por forma a sustentar o trabalho, bem como permitir perceber melhor o objeto de estudo, serão realizadas entrevistas com entidades conhecedoras da matéria. Isto permite ao entrevistador recolher, de forma direta, a experiência do entrevistado, podendo dessa forma validar, em parte, a pesquisa documental bem como comparar diferentes visões relevantes para o resultado final.

Para a realização do trabalho, serão utilizadas as normas de elaboração de trabalhos da AM, complementadas com as normas APA.

1.7. Enunciado da Estrutura do Trabalho

O presente trabalho encontra-se dividido em oito capítulos, estando inseridos nestes o capítulo da “Introdução” e “Conclusões e Recomendações”.

A Introdução tem por finalidade enquadrar a investigação e justificar a pertinência da temática escolhida, bem como definir os objetivos, metodologia e estrutura do trabalho.

O segundo capítulo especifica a metodologia utilizada e os demais procedimentos utilizados para a realização do estudo.

Relativamente ao terceiro capítulo, este resume os principais conceitos relacionados com o DIH.

O quarto capítulo centra-se nos Métodos e Meios de Guerra, nomeadamente restrições genéricas e específicas de cada um.

O quinto capítulo aborda o conceito de regras de empenhamento (ROE), a sua relação com a legítima defesa e o seu processo de planeamento.

O sexto capítulo está relacionado com a responsabilidade dos comandantes militares e o Tribunal Penal Internacional (TPI).

O sétimo capítulo é referente à análise das entrevistas efetuadas, sendo esta realizada através das expressões chave das respostas a cada questão.

Por fim, compondo o oitavo e último capítulo, tecem-se as Conclusões e Recomendações, onde são respondidas as perguntas derivadas e a pergunta de partida. São também enumeradas, neste capítulo, as limitações encontradas durante a realização deste trabalho e sugerem-se algumas possibilidades de investigação futuras.

Capítulo 2

Metodologia e Procedimentos

2.1. Método

Segundo Freixo (2012), para a realização de um trabalho de investigação, podem ser utilizados diversos métodos, dos quais são de referir o Método Indutivo, Método Dedutivo e Método Hipotético-Dedutivo.

No Método Indutivo, inicialmente, há a categorização das observações. Seguidamente, parte-se para a formulação de hipóteses que, na última fase, serão confirmadas ou infirmadas. Assim, podemos dizer que, ao utilizar este método, estamos a partir do particular para o geral (Freixo, 2012, p. 104).

Relativamente ao Método Hipotético-Dedutivo, desenvolvido por Karl Popper, filósofo austríaco, o principal objetivo do investigador é “formular hipóteses ou teorias e, de seguida, verificar se elas são verdadeiras ou falsas” (Freixo, 2012, p. 109). Segundo Karl Popper, a investigação tem início com um problema, ao qual se propõe uma primeira resposta, que o investigador tentará refutar, levando ao aparecimento de novos problemas/questões. Para os novos problemas, vão ser propostas respostas/hipóteses que, se não forem refutadas, são consideradas hipóteses confirmadas (Freixo, 2012, pp. 109-112).

Na realização do presente trabalho, foi utilizado o Método Dedutivo. Este método, contrariamente ao Método Indutivo, parte do geral para ao particular. São utilizadas premissas gerais, de modo a tentar chegar a uma verdade particular, que dará resposta à pergunta de partida da investigação (Freixo, 2012, p. 106).

Ainda de acordo com Freixo (2012), a investigação deve respeitar três fases diferentes: fase conceptual, fase metodológica e fase empírica.

A fase conceptual tem como objetivo ser “uma forma ordenada de formular ideias, de as documentar em torno de um tema preciso tendo em vista uma conceção clara e organizada do objeto em estudo” (Freixo, 2012, p. 184). Nesta fase, são elaboradas as

perguntas de partida e derivadas, de modo a delimitar a matéria a ser investigada e são definidos os objetivos do trabalho.

A fase metodológica está relacionada com a escolha dos métodos a utilizar para a recolha e análise dos dados e a definição da amostra para o estudo.

Finalmente, na fase empírica, é posto em prática tudo o que foi decidido na fase metodológica, de modo a recolher todos os dados, interpretá-los e chegar às conclusões da investigação (Freixo, 2012, p. 184).

2.2. Técnicas, Meios e Procedimentos Utilizados

A primeira parte do presente TIA foi realizada através da recolha de dados documentais, de forma a explorar quer os conceitos teóricos necessários para a compreensão da temática em estudo, quer legislação que fosse pertinente. De forma a enriquecer esta primeira parte, foi necessária a recolha de dados de entidades com reconhecida experiência no âmbito do tema em estudo. A recolha destes dados foi efetuada através da realização de entrevistas, dado que, enquanto “as leituras ajudam a fazer o balanço dos conhecimentos relativos ao problema de partida, as entrevistas contribuem para descobrir os aspectos a ter em conta e alargam ou rectificam o campo de investigação das leituras” (Quivy & Compenhoudt, 2005, p. 69).

Assim, como componente prática do trabalho, foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas. Cada entrevistado recebeu um guião de entrevista, com um conjunto de perguntas pré-determinadas, com base nas perguntas derivadas. Das quatro entrevistas, duas foram realizadas presencialmente, tendo as restantes sido realizadas por correio eletrónico.

Para a gravação das entrevistas, foi utilizado o programa Gravação Lite, sendo feita, posteriormente, a sua transcrição.

2.3. Amostra: Composição e Justificação

Pode ser entendido por amostra “um conjunto de sujeitos retirados de uma população, consistindo a amostragem num conjunto de operações que permitem escolher

um grupo de sujeitos ou qualquer outro elemento representativo da população estudada” (Freixo, 2012, pp. 210-211).

A amostra desta investigação é constituída por elementos que desempenhem ou tenham desempenhado funções ligadas ao DIHCA, dos três ramos das Forças Armadas (um elemento do Exército, dois elementos da Marinha e um elemento da Força Aérea). O quadro seguinte faz a caracterização dos entrevistados.

Quadro 1 – Caracterização da Amostra

N.º da Entrevista	Entrevistado	Função Atual	Local onde exerce presentemente
E1	General Campos Almeida	Professor e Conferencista	-
E2	Comandante Neves Correia	Assessor Militar do Presidente da República	Presidência da República
E3	TCor João Godinho	Chefe da Repartição de Normalização da Divisão de Planeamento de Forças	Estado-Maior do Exército
E5	1.º Ten Ernestina Silva	Chefe do Departamento Jurídico Operacional e Internacional	Estado-Maior da Armada

Capítulo 3

Direito Internacional Humanitário

“..As cidades e as vilas arruinadas, os templos e os altares profanados, as pessoas de todo o estado e condição, e todo o sexo e idade desacatadas e por mil modos oprimidas, as mulheres e meninos inocentes entregues à fúria e voracidade dos bárbaros, as crueldades, as sevícias, os martírios, e tantos outros géneros de herética tirania, contrários a toda a fé e direitos das gentes, e de nenhum modo compreendidas debaixo do nome de guerra; esta é a guerra que padecemos”

Sermão XII de Santo António

3.1. Conceito

O DIH é um ramo do Direito Internacional Público, aplicado em situações de conflito armado. Segundo Michel Deyra (2001), pode ser dito que o principal objetivo do DIH é “em nome dos princípios de humanidade e de dignidade reconhecidos por todas as formas de civilização, proteger a pessoa que se encontra numa situação perigosa devido à violência causada pela guerra” (Deyra, 2001, p. 12).

Importa, também, mencionar a sua relação com o Direito Internacional dos Direitos Humanos. Estes dois ramos do direito complementam-se, embora sejam autónomos, dado que se um não for aplicado, o outro continuará a poder sê-lo. Assim, “os direitos humanos aplicam-se nas situações em que o direito humanitário não é aplicável. Por sua vez, o DIH aplica-se quando o Estado interessado invocou as cláusulas de derrogação à aplicação dos direitos humanos, já que nessa hipótese existe normalmente um conflito armado” (Deyra, 2001, pp. 29-30). Podemos então dizer que o DIH surge como um “direito autónomo enunciado numa multiplicidade de disposições” (Deyra, 2001, p. 30).

Assim, as regras do DIH não são exclusivamente aplicadas em contexto de conflitos armados internacionais e apresentam um duplo objetivo. Por um lado, vão “restringir os

direitos dos combatentes através da limitação dos métodos e meios de guerra” (Deyra, 2001, p. 14) e, por outro lado, “proteger os direitos dos não combatentes, civis e militares fora de combate” (Deyra, 2001, p. 14).

3.2. Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados

“O Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados tem precisamente por objetivo conter ou limitar o sofrimento humano desnecessário” (Leandro, 2012, p. 15).

Todo o enquadramento legal que é aplicado nos conflitos armados é composto por mais do que um ramo de direito, interrelacionados entre si: DIH, Direito Internacional dos Direitos Humanos e Direito Internacional dos Refugiados.

Assim, enquanto o DIH regula a proteção das pessoas e a conduta das hostilidades em conflitos armados, o Direito Internacional dos Direitos Humanos impõe os padrões que os Governos devem tolerar no tratamento das pessoas em tempo de paz e em tempo de guerra. O Direito Internacional dos Refugiados focaliza-se especificamente em proteger as pessoas que saíram do seu país devido a perseguições ou outras violações dos Direitos Humanos ou dos Conflitos Armados.

Por outras palavras, podemos afirmar que o DIH diz respeito a todos os afetados pelos conflitos armados, O Direito Internacional dos Direitos Humanos a todos os seres humanos e, por fim, o Direito Internacional dos Refugiados restringe-se aos refugiados.

3.3. Fontes do Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados

Podem ser tidas como fontes de direito as Convenções e Tratados (direito consuetudinário), o costume, a jurisprudência e a doutrina.

Embora posteriormente codificadas, as fontes do DIH são de origem consuetudinária, ou seja, resultantes da prática reiterada de determinados comportamentos e atitudes da sociedade não tendo, por isso, passado por nenhum processo formal de criação de leis.

Quanto a fontes convencionais, existem variados textos relacionados com o DIH, desde as Convenções de Haia de 1899 à Convenção de Ottawa, em 1997. Contudo, é importante salientar, fundamentalmente, uma distinção entre dois tipos de Direito: Direito

de Genebra e o Direito de Haia. O Direito de Genebra, tendo como principal base as 4 Convenções de Genebra e 3 Protocolos Adicionais, regula a proteção da pessoa humana em caso de conflitos, no que diz respeito a militares fora de combate ou pessoas que não participem nas operações militares. Quanto ao Direito de Haia, são um conjunto de princípios que regem a conduta das operações militares, bem como os direitos e deveres dos militares participantes nas operações, limitando os meios de ferir o inimigo (GDGC, 2014).

Assim, embora tanto um como outro regulem a condução dos conflitos, pode admitir-se que, enquanto o Direito da Haia define as restrições aos direitos dos combatentes, o Direito de Genebra tem como principal objetivo a proteção dos direitos dos não combatentes.

3.4. Princípios do Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados

O DIH rege-se por quatro princípios, sendo eles: Humanidade, Necessidade, Proporcionalidade e Distinção.

Quando falamos no princípio da Humanidade, é indispensável ter em atenção o Artigo (Art.º) 27º da 4.ª Convenção da Genebra, que refere, na sua parte inicial, que “as pessoas protegidas têm direito, em todas as circunstâncias, ao respeito da sua pessoa, da sua honra, dos seus direitos de família, das suas convicções e práticas religiosas, dos seus hábitos e costumes. Serão tratadas, sempre, com humanidade e protegidas especialmente contra todos os actos de violência ou de intimidação, contra os insultos e a curiosidade pública. As mulheres serão especialmente protegidas contra qualquer ataque à sua honra, e particularmente contra violação, prostituição forçadas ou qualquer forma de atentado ao seu pudor” (IV Convenção de Genebra, 1949).

Assim, podemos dizer que o principal objetivo deste princípio é “manter as condições básicas de bem-estar e individualidade dos seres humanos, com o propósito de evitar e aliviar o sofrimento e as adversidades causadas, através da proteção à vida, saúde e pelo respeito ao ser humano na sua totalidade” (OCHA Mini ONU, 2009).

No que se refere à Necessidade, este princípio vem limitar a incursão militar a um alvo ou objetivo. Assim, um ataque de natureza estritamente militar não poderá acontecer se, como consequência, houver a ocorrência de eventos que sejam prejudiciais ao bem-

estar humanos de qualquer ser humano que não esteja envolvido no conflito (OCHA Mini ONU, 2009).

Este princípio é previsto no 1.º ponto do Art.º 57º do Protocolo I Adicional (PA I), onde é referido que “as operações militares devem ser conduzidas procurando constantemente poupar a população civil, as pessoas civis e os bens de carácter civil” (Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra, 1977). Menciona, também, no seu 3.º ponto, que “quando for possível escolher entre vários objectivos militares para obter uma vantagem militar equivalente, a escolha deverá recair sobre o objectivo cujo ataque seja susceptível de apresentar o menor perigo para as pessoas civis ou para os bens de carácter civil” (Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra, 1977).

Assim, e de acordo com este princípio, os ataques devem ser estritamente limitados aos objetivos militares, ou seja, “aqueles que, pela sua natureza, localização, destino ou utilização contribuam efetivamente para a ação militar e cuja destruição total ou parcial, captura ou neutralização ofereça, na ocorrência, uma vantagem militar precisa” (OCHA Mini ONU, 2009).

Relativamente ao princípio da Proporcionalidade, este vem estabelecer “uma relação entre o uso da força e da violência física para alcançar o objetivo militar” (OCHA Mini ONU, 2009).

Este princípio deve ser respeitado pelos militares e são estes, também, os principais responsáveis por minimizar os efeitos causados pelos ataques.

Como base para a Proporcionalidade, temos o Art.º 51.º do PA I – Protecção da População Civil, que, no seu ponto 5 b), refere que “serão considerados como efectuados sem discriminação, entre outros, os ataques de que se possa esperar que venham a causar incidentalmente perda de vidas humanas na população civil, ferimentos nas pessoas civis, danos nos bens de carácter civil ou uma combinação destas perdas e danos, que seriam excessivos relativamente à vantagem militar concreta e directa esperada” (Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra, 1977).

Finalmente, falaremos sobre o princípio da Distinção. “De forma a assegurar o respeito e a protecção da população civil e dos bens de carácter civil, as Partes no conflito devem sempre fazer a distinção entre população civil e combatentes, assim como entre bens de carácter civil e objectivos militares, devendo, portanto, dirigir as suas operações unicamente contra objectivos militares” (Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra, 1977). Contudo, este princípio não engloba apenas restrições e responsabilidades aos

militares. Os civis, não sendo membros das Forças Armadas, também não possuem autorização para participarem nos conflitos (OCHA Mini ONU, 2009).

3.5. Jus ad Bellum e Jus in Bellum

Como referimos anteriormente, o principal objetivo do DIH é o de limitar o sofrimento humano causado pela guerra, protegendo e assistindo as vítimas dessa mesma guerra sempre que possível. Assim, podemos afirmar que o Direito vai abordar a realidade de um conflito, sempre sem ter em conta quais os motivos ou a legalidade de recorrer à força, tendo apenas em atenção os aspetos de cariz humanitário. Este direito é conhecido como o jus in bellum e pode ser definido como o direito que rege a maneira como a guerra é conduzida. Pelo contrário, o direito que vai regular a legalidade do uso da força é denominado por jus ad bellum e tem como principal objetivo limitar o recurso da força pelos Estados.

Contudo, é importante perceber que o DIH visa proteger as vítimas da guerra, seja qual for a parte a que pertencem. Assim sendo, é fundamental que o jus in bellum permaneça independente do jus ad bellum (CICV, 2010).

Podemos então afirmar que, sob a alçada do Direito Internacional, há duas formas distintas de avaliar uma guerra, sendo elas as razões pelas quais se luta e a forma como se luta (Nabulsi, 2011).

3.5.1. Jus ad Bellum

Como referido anteriormente, o Jus ad Bellum vai regular a legalidade do uso da força. O Jus ad Bellum é, então, o “título dado ao ramo do Direito que define as razões legítimas pelas quais um Estado pode entrar em guerra e foca-se em certos critérios que tornem a guerra justa” (Nabulsi, 2011).

A principal fonte atual do Jus ad Bellum encontra-se presente na Carta das Nações Unidas que, no ponto 4 do Art.º 2.º, refere que “Os membros deverão abster-se nas suas relações internacionais de recorrer à ameaça ou ao uso da força, quer seja contra a integridade territorial ou a independência política de um Estado, quer seja de qualquer outro modo incompatível com os objectivos das Nações Unidas” (Carta das Nações

Unidas, 1945). Contudo, no Art.º 51.º, lê-se que “Nada na presente Carta prejudicará o direito inerente de legítima defesa individual ou colectiva, no caso de ocorrer um ataque armado contra um membro das Nações Unidas, até que o Conselho de Segurança tenha tomado as medidas necessárias para a manutenção da paz e da segurança internacionais. As medidas tomadas pelos membros no exercício desse direito de legítima defesa serão comunicadas imediatamente ao Conselho de Segurança e não deverão, de modo algum, atingir a autoridade e a responsabilidade que a presente Carta atribui ao Conselho para levar a efeito, em qualquer momento, a acção que julgar necessária à manutenção ou ao restabelecimento da paz e da segurança internacionais” (Carta das Nações Unidas, 1945), reforçando a ideia de que em nenhuma altura o direito à legítima defesa poderá ser limitado, como iremos abordar mais à frente no trabalho.

3.5.2. Jus in Bellum

O Jus in Bello complementa o Jus ad Bellum e é o conjunto de todas as leis que entram em vigor a partir do momento em que a guerra começa. Assim, o seu objetivo é o de “regular como as guerras são lutadas, sem prejudicar as razões de como ou porque começaram” (Nabulsi, 2011).

Desta forma, qualquer Estado que estivesse envolvido numa guerra que poderia ser considerada injusta continuaria a ter de obedecer a determinadas regras de condução da guerra.

Relativamente às principais fontes do Jus in Bellum, “Este ramo do Direito é sustentado pelo direito consuetudinário, baseando-se em práticas reconhecidas de guerra, bem como tratados (como é o caso das Convenções de Haia de 1899 e 1907), que regulamentam a condução das hostilidades. Outro documento fundamental são as Convenções de Genebra de 1949, que protegem as vítimas da guerra – doentes e feridos (primeira); os náufragos (segunda); os prisioneiros de guerra (terceira); e os civis em territórios inimigos e, até certo ponto, todos os civis que se encontrem em territórios de países em conflito (quarta) – os Protocolos Adicionais de 1977, que definem palavras-chave como “*combatente*”, contêm disposições detalhadas para proteger os não combatentes, transportes sanitários e defesa civil, além de que proíbem práticas como os ataques indiscriminados” (Nabulsi, 2011).

3.6. Desafios ao Direito Internacional Humanitário e dos Conflito Armados

Um dos desafios ao DIHCA é a “globalização e conflitos assimétricos” (Almeida, 2006). A globalização, caracterizada atualmente pelo “esbatimento de fronteiras, pela difusão dos meios de produção de consumo, pela liberalização do comércio” (Almeida, 2006) entre outros, levou a que também os conflitos armados passassem “a ter um carácter cada vez mais global, tendo por origem as tensões relativas ao acesso aos recursos económicos e às fontes de matérias-primas, bem como conflitos étnicos, migrações em massa, intolerância religiosa, etc” (Almeida, 2006). Uma outra situação que também pode ser considerada resultado da globalização é o terrorismo, caso em que “a linha divisória entre combatentes e civis é consequentemente reduzida senão mesmo olvidada (...) pondo em causa o mais importante princípio do Direito dos Conflitos Armados, ou seja, a distinção clara entre membros das forças armadas e população civil” (Almeida, 2006).

A crescente privatização das funções de defesa e segurança é outro fenómeno importante a ter em conta, pois veio alterar a lógica tradicional dos conflitos, em que “os combatentes estavam ao serviço do Estado, através de um vínculo especial assente no comando único, na hierarquia, na disciplina e no serviço público, sem quaisquer espírito ou fim lucrativo” (Almeida, 2006). Contudo, alguns países, vítimas de conflitos internos, têm dificuldades em exercer estas funções de defesa e segurança, levando a que este mercado privado se vá “expandido, oferecendo uma gama cada vez mais variada de serviços” (Almeida, 2006). Assim, “sendo o lucro a principal motivação destas companhias, levantam-se questões de natureza ética no decurso dos conflitos armados em que participam e nos quais a maior parte das vítimas são civis” (Almeida, 2006).

A proteção dos bens culturais em caso de conflito armado é, também, um desafio ao DIHCA. Temos vários exemplos de situações em que estes não foram respeitados, como as estátuas destruídas no Afeganistão, em 2001¹, ou a pilhagem do Museu de Bagdad, em 2003².

Também é importante referir o estatuto das crianças e mulheres em ambiente de conflitos armados. Os direitos das crianças não são respeitados, sendo estas, muitas vezes, “separadas das famílias, obrigadas a servir como combatentes, mantidas em cativeiro como

¹ Em março de 2001, foram destruídas, pelos talibãs, duas estátuas gigantes dos Budas de Bamiyan, localizadas no Vale de Bamiyan.

² O Museu Nacional do Iraque, situado em Bagdad, foi pilhado após a entrada das tropas americanas, quando o caos se instalou nas ruas da capital, devido à queda do regime de Saddam Hussein.

escravas sexuais, ou simplesmente mortas” (Almeida, 2006). As mulheres, atendendo à sua condição feminina, têm direito a proteção adicional, expressa “nos normativos que proíbem a violação, a prostituição forçada ou outras formas de violência sexual” (Almeida, 2006). Contudo, “estas regras têm continuado a ser violadas” (Almeida, 2006).

Capítulo 4

Meios e Métodos de Guerra

4.1. Generalidades

“Os Métodos e Meios de Guerra referem-se à maneira como as forças armadas participam num combate. Por outras palavras, são as regras que regulam a condução das hostilidades” (Asser Institute, 2014).

Foi na segunda metade do século XIX, em 1868, que surgiu o primeiro tratado internacional que regulasse os Meios e Métodos de Guerra – Declaração de São Petersburgo. Esta declaração veio afirmar que a guerra “visa unicamente o enfraquecimento do potencial do inimigo” (Deyra, 2001, p. 74). Assim, foi proibido o ataque a não combatentes, a utilização de armas que viessem agravar o sofrimento de feridos ou que tornasse inevitável a sua morte, bem como o emprego de projéteis que contivessem uma carga explosiva ou substâncias incendiárias (GDDC, 2014).

Atualmente, podemos dizer que, de acordo com as regras do DIHCA, “as partes num conflito e os membros das suas forças armadas não possuem um direito ilimitado na escolha dos métodos e meios de guerra susceptíveis de causar percas inúteis e sofrimentos excessivos” (GDDC, 2014).

Este limite na escolha dos Meios e Métodos de Guerra é previsto no Art.º 35.º do PA I às Convenções de Genebra, segundo o qual:

“1 – Em qualquer conflito armado o direito de as Partes no conflito escolherem os métodos e meios de guerra não é ilimitado.

2 – É proibido utilizar armas, projéteis e materiais, assim como métodos de guerra de natureza a causar danos supérfluos.

3 – É proibido utilizar métodos ou meios de guerra concebidos para causar, ou que se presume que irão causar danos extensos, duráveis e graves ao meio ambiente natural” (Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra, 1977).

Contudo, relativamente ao enquadramento jurídico que limita especificamente os meios e métodos de guerra a utilizar, existem inúmeras Convenções e Protocolos, das quais

podemos referir o Protocolo de Genebra de 1925, que proíbe o uso de gases asfixiantes, tóxicos ou similares e de meios bacteriológicos, o Protocolo II à Conferência das Nações Unidas de 1980³, sobre minas, armadilhas e outros artefactos, o Protocolo IV à Conferência das Nações Unidas de 1980, que proíbe armas laser que provoquem cegueira, a Declaração de Mendoza de 1991 sobre as armas químicas ou a Convenção de Paris de 1993 relativa à proibição das armas químicas, entre outras (Baleizão, 2011).

4.2. Meios de Guerra

4.2.1. Conceito

Os Meios de Guerra podem ser definidos como as armas utilizadas durante o combate. Como já abordámos anteriormente, a Declaração de São Petersburgo veio proibir a utilização de quaisquer armas que agravassem o sofrimento de feridos ou que tornassem inevitável a sua morte. Posteriormente, o DIH veio, então, “proibir ou limitar a utilização de armas empregues pelos combatentes e que ultrapassem um determinado limite, a saber o das exigências da humanidade face às perdas «inúteis», aos males «supérfluos» e aos sofrimentos «excessivos»” (Deyra, 2001, p. 74). Para o fazer, recorreu a duas abordagens: as restrições genéricas e as restrições específicas, das quais iremos falar seguidamente.

4.2.2. Restrições Genéricas aos Meios de Guerra

Nas restrições genéricas, é em função dos efeitos das armas que as restrições e limitações são impostas. Neste contexto, podemos nomear três categorias de armas: armas irremediavelmente letais, armas que produzem efeitos traumáticos excessivos e armas com efeitos indiscriminados.

No que diz respeito às armas irremediavelmente letais, foi-lhes atribuída esta designação pois “tornam a morte inevitável e têm uma «cobertura de eficácia» que ultrapassa o objetivo militar, não deixando qualquer hipótese de sobrevivência às pessoas que se encontram no perímetro de utilização destas armas” (Deyra, 2001, p. 74).

³ Versão revista em 1998.

Como exemplos desta categoria, temos, entre outros, as armas nucleares e os gases asfixiantes.

Relativamente às armas que produzem efeitos traumáticos excessivos, a sua proibição tem como fundamento o facto de que o objetivo da guerra é, como já foi referido, o de enfraquecer o inimigo e não o de lhe causar mais sofrimento do que o necessário para atingir esse fim. São exemplos destas armas os venenos, as lanças com pontas farpadas e as minas antipessoais.

Por fim, falaremos das armas com efeitos indiscriminados. Estas armas inserem-se nos Art.ºs 48.º e 51.º do PA I, respeitantes, respetivamente, à distinção entre combatentes e não combatentes e à proibição de ataques sem discriminação, considerando-se como “ataques indiscriminados”:

“a) Os ataques não dirigidos contra um objectivo militar determinado;

b) Os ataques em que sejam utilizados métodos ou meios de combate que não possam ser dirigidos contra um objectivo militar determinado; ou

c) Os ataques em que sejam utilizados métodos os meios de combate cujos efeitos não possam ser limitados, como prescrito pelo presente; e que consequentemente são, em cada um desses casos, próprios para atingir indistintamente objectivos militares e pessoas civis ou bens de carácter civil” (Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra, 1977).

Nestas armas, estão incluídos os bombardeamentos ou os ataques biológicos, entre outros.

4.2.3. Restrições Específicas aos Meios de Guerra

Ao contrário do que acontece com as restrições genéricas, as restrições específicas vêm dizer especificamente quais as armas proibidas ou, por outro lado, indicar as características que, caso observadas numa determinada arma, tornam a sua utilização proibida. Estas restrições podem ser divididas em dois grupos: as restrições previstas pelo Direito da Guerra clássico e as restrições previstas pelo DIH.

Quanto às restrições do Direito da Guerra clássico, “são proibidas as balas explosivas e os projecteis enchidos com vidro, as balas «dum-dum», o veneno e as armas envenenadas, da mesma forma que qualquer substância destinada a inflamar o ferimento, as minas automáticas de contacto ou, em certas condições, os torpedos submarinos, os

lança-flamas, os gases asfixiantes, tóxicos ou similares e os meios bacteriológicos” (Deyra, 2001, pp. 75-76).

Relativamente às restrições do DIH, são proibidas “as técnicas de modificação do ambiente para fins militares ou para quaisquer outros fins hostis, os projecteis de estilhaços não localizáveis a raios X, as armadilhas com aparência de objectos inofensivos – que podem ser associadas a emblemas protectores, material sanitário, brinquedos, alimentos ou animais - utilizadas com perfídia ou as armadilhas que provoquem efeitos excessivos, as armas bacteriológicas – biológicas – ou de toxinas, no que concerne a sua concepção, fabrico, armazenamento, utilização e destruição, as armas químicas cuja concepção, fabrico, armazenamento e utilização são proibidos e que devem ser destruídas” (Deyra, 2001, p. 76).

São limitadas, mas não proibidas, as armas incendiárias, dado que estas estão legitimadas quando utilizadas contra um objetivo militar que se encontre longe de concentrações de civis.

As armas a laser que provocam a cegueira, que consistem em lasers portáteis, contra os quais não existe qualquer proteção, estão também proibidas, pelo quarto protocolo adicional à Convenção de 10 de abril de 1981, sobre a Proibição ou Limitação do Uso de Certas Armas Convencionais que Podem Ser Consideradas como Produzindo Efeitos Traumáticos Excessivos ou Ferindo Indiscriminadamente, adotado a 13 de outubro de 1995.

Quanto às minas antipessoal, o Protocolo II Adicional às Convenções de Genebra (PA II), relativo à Convenção sobre a Proibição ou Limitação do Uso de Certas Armas Convencionais que Podem ser Consideradas como Produzindo Efeitos Traumáticos Excessivos ou Ferindo Indiscriminadamente, prevê a proibição progressiva das minas não detetáveis, bem como as que não estejam munidas de um sistema através do qual ficassem neutralizadas após um período máximo de quatro meses. Com as modificações feitas a este protocolo (ratificado por Portugal a 31 de março de 1999), os Estados passaram a ter nove anos de adaptação às “proibições de venda e compra de minas antipessoal a organismos não estaduais ou a Estados não Partes no Protocolo” (Deyra, 2001, p. 78). Contudo, como é possível perceber, este protocolo legitima, embora de forma limitada, a utilização deste tipo de minas.

Assim, a 3 de dezembro de 1997, deu-se a assinatura da Convenção de Ottawa, que obriga a que qualquer Estado que adira a este Tratado nunca possa, em nenhuma circunstância, “usar, desenvolver, produzir, armazenar ou transferir minas antipessoal ou

ajudar qualquer a fazer isto. Estes Estados devem também destruir as minas antipessoal existentes, quer estejam armazenadas quer se encontrem no chão, dentro de um determinado período. Um número reduzido de minas pode ser conservado, com a única finalidade de aperfeiçoar as técnicas de remoção e de destruição de minas e treinar pessoal no uso destas técnicas” (CICV, 2000).

Nas restrições específicas aos meios de guerra, não há nenhuma limitação ou proibição ao uso das armas nucleares. Embora considerada potencialmente perigosa, quer para a civilização, quer para o ecossistema, o Tribunal Internacional de Justiça (TIJ)⁴ concluiu que “a ameaça ou utilização da arma nuclear, que não é nem expressamente proibida nem constitui objecto de uma proibição completa e universal, seria geralmente contrária aos princípios e regras do Direito Humanitário” (Deyra, 2001, p. 79).

Declarou, também, “não se poder concluir de forma definitiva que a ameaça ou a utilização da arma nuclear seriam lícitas ou ilícitas numa situação extrema de legítima defesa, na qual estaria em causa a própria sobrevivência de um Estado” (Deyra, 2001, p. 79).

Finalmente, no respeitante às limitações e proibições impostas aos meios de guerra, importa falar do conceito de “armas novas” (Deyra, 2001, p. 79). Estas armas estão relacionadas com aquelas que reduzem a presença humana no campo de batalha, sendo disparadas a uma distância de segurança, bem como armas não letais antipessoal que perturbem o comportamento do combatente, como é o caso de armas acústicas ou gases neutralizadores.

Relativamente a estas armas e “na linha das restrições previstas pelo DIH, os Estados comprometem-se a determinar a eventual ilegalidade da utilização de qualquer arma nova em relação às disposições do primeiro Protocolo e de qualquer outra regra convencional, sob pena de incorrerem em responsabilidade internacional no caso de serem provocados danos ilícitos” (Deyra, 2001, p. 79).

Embora não seja obrigatório que um Estado declare a ilicitude ou não de uma determinada arma, são obrigados a proceder a uma análise da mesma (Deyra, 2001, pp. 75-79).

⁴ O Tribunal Internacional de Justiça foi estabelecido pela Carta das Nações Unidas como o principal órgão judicial das Nações Unidas. É composto por um corpo de juízes eleitos, sendo que, entre os 15 membros, não pode existir mais de um nacional do mesmo Estado. (Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça, 1945)

4.3. Métodos de Guerra

4.3.1. Conceito

Anteriormente, vimos que os Meios de Guerra podem ser definidos como o armamento utilizado durante um combate. Por outro lado, os Métodos de Guerra visam o tipo de utilização dado a essas armas, ou seja, as táticas utilizadas em combate. Aqui, pode ser feita uma distinção entre procedimentos e ataques, havendo limitações para cada um deles (Deyra, 2001, p. 81).

4.3.2. Procedimentos

É importante perceber que “combater o inimigo não constitui uma violação do DIH, desde que esteja em causa um combatente habilitado cuja participação nas hostilidades se traduz em actos lícitos” (Deyra, 2001, p. 81). Contudo, nem todos os atos são lícitos, existindo quatro procedimentos que, quando praticados, constituem infrações graves. Estes procedimentos são a perfídia, a recusa de quartel, o recrutamento forçado e a deportação da população civil.

A proibição da perfídia está explanada no Art.º 37.º do PA I às Convenções de Genebra, onde se lê:

“1 - É proibido matar, ferir ou capturar um adversário recorrendo à perfídia. Constituem perfídia os actos que apelem, com intenção de enganar, à boa fé de um adversário para lhe fazer crer que tem o direito de receber ou a obrigação de assegurar a protecção prevista pelas regras do direito internacional aplicável nos conflitos armados. São exemplo de perfídia os actos seguintes:

- a) Simular a intenção de negociar a coberto da bandeira parlamentar, ou simular a rendição;
- b) Simular uma incapacidade causada por ferimentos ou doença;
- c) Simular ter estatuto de civil ou de não combatente;
- d) Simular ter um estatuto protegido utilizando sinais, emblemas ou uniformes das Nações Unidas, Estados neutros ou de outros Estados não Partes no conflito” (Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra, 1977).

Assim, podemos dizer que “a perfídia, designada por traição no Direito de Haia, consiste num acto que apela à boa fé do adversário, com a intenção de o enganar, e que pretende fazê-lo crer que tem direito de receber ou a obrigação de conceder a protecção prevista pelo DIH” (Deyra, 2001, p. 82).

A recusa de quartel está formalizada na alínea d) do Art.º 23.º da Convenção de Haia de 1907. Esta proibição visa três comportamentos distintos: “ordenar que não haja sobreviventes, ameaçar o adversário com tal prática ou conduzir as hostilidades em função dessa decisão” (Deyra, 2001, p. 83). Também o Art.º 41.º do PA I, relativo à proteção do inimigo fora de combate, obriga a que nenhuma pessoa, reconhecida como estando fora de combate, seja objeto de ataque.

O recrutamento forçado que, como referido anteriormente, também constitui uma infração grave, consiste em obrigar um prisioneiro de guerra ou uma pessoa protegida a, de alguma forma, colaborar na defesa do inimigo, mesmo que contra a sua Pátria.

O Art.º 49.º da quarta Convenção (C IV) proíbe a Deportação, referindo que “as transferências forçadas, em massa ou individuais, bem como as deportações de pessoas protegidas do território ocupado para o da Potência ocupante ou para o de qualquer outro país, ocupado ou não, são proibidas, qualquer que seja o motivo” (IV Convenção de Genebra, 1949). Contudo, poderão ser autorizadas transferências excepcionais, em caso de necessidades militares ou segurança da população (Deyra, 2001, pp. 81-84).

4.3.3. Ataques

De forma a garantir que as pessoas e bens protegidos sejam efetivamente poupados, há a necessidade de que existam restrições aos ataques contra o adversário, quer sejam ofensivos quer defensivos. Resultante da distinção entre combatentes e civis, estes não devem ser atacados, como legislado pela alínea 2) do Art.º 51.º do PA I e pela alínea 2) do Art.º 13.º do PA II.

Neste âmbito, estão proibidos os ataques indiscriminados, as destruições sem necessidade militar, os atos terroristas, a tomada de reféns e as represálias armadas.

Os ataques indiscriminados interditam qualquer ataque que atinja indistintamente objetivos militares e civis. Esta interdição está prevista apenas para conflitos internacionais, relativamente a três situações: “ataques não dirigidos contra um objectivo militar determinado, os ataques em que sejam utilizados métodos ou meios de combate que

não possam ser dirigidos contra um objectivo militar determinado (minas terrestres ou marítimas) ou cujos efeitos não possam ser limitados (...) e os ataques que acarretem danos excessivos para a população civil relativamente à vantagem militar global” (Deyra, 2001, p. 85).

A destruição, bem como a apropriação de bens que não sejam justificados por necessidades militares e executados em grande escala, de forma ilícita e arbitrária, são incriminados pelos Art.º 50.º da I Convenção de Genebra e 51.º da II Convenção de Genebra.

Quanto aos atos terroristas, estes referem-se a quaisquer ações cuja principal finalidade seja espalhar o terror entre a população civil.⁵ Os bombardeamentos, embora também possam ter efeitos aterrorizantes, não se encontram incluídos nos atos terroristas.

O Art.º 34.º da C IV – “É proibida a tomada de reféns” – proíbe a tomada de reféns por parte do Estado beligerante. Esta interdição apresenta “um carácter absoluto e aplica-se a todas as pessoas protegidas, independentemente do local e do tipo de conflito” (IV Convenção de Genebra, 1949).⁶

Por fim, falaremos das represálias armadas. As represálias armadas são proibidas pelas quatro Convenções de Genebra e pelo Art.º 20.º do PA I e podem ser definidas como “uma infracção ao DIH em resposta a uma outra infracção a este direito cometida pelo inimigo e com o objectivo de fazer cessar esta última” (Deyra, 2001, p. 87).

⁵ Alínea 2) do Art.º 51.º do PA I e Alínea 2) do Art.º 13.º do PA II.

⁶ A proibição da tomada de reféns também se encontra na alínea c), ponto 2 do Art.º 75.º do PA I e na alínea c), ponto 2 do Art.º 4.º do PA II.

Capítulo 5

As Regras de Empenhamento e o DIHCA

5.1. Conceito

“O uso da força militar, a ameaça do uso dessa força ou as actividades relacionadas com o seu uso, são limitados e controlados por motivos jurídicos, políticos e militares, constituindo as ROE um dos meios para o exercício desse controlo nos planos político e militar” (Carreira, 2004, p. 46).

O MC-362 da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) define as ROE como sendo “diretivas para as forças militares (incluindo os indivíduos), que definem as circunstâncias, condições, grau e forma em que a força, ou ações que possam ser classificadas como provocantes, podem ser aplicadas. As ROE não são usadas para dar missões ou instruções táticas. Com exceção da legítima defesa, durante tempo de paz e operações prévias ao início de um conflito armado (...) as ROE fornecem a única autoridade para as forças da NATO fazerem uso da força”. (NATO, 2003, p. 2)

As ROE consistem, então, na delineação das circunstâncias e na definição de limitações que qualquer força militar tem de ter em conta, na realização de qualquer missão, para a concretização de um determinado objetivo. Nas doutrinas militares nacionais, as ROE podem surgir sob variadas formas, desde ordens de execução a diretivas. Contudo, quaisquer que sejam as formas em que aparecem, vão ser estas que providenciam autorização e/ou limitam, entre outros aspetos, o uso e posicionamento da força, bem como o emprego de determinadas capacidades. Não são usadas para dar instruções táticas, sendo isso feito através de instrumentos de comando e controlo, como é o caso das ordens de operações (Cole, Drew, McLaughlin, & Mandsager, 2009, pp. 1-2).

As ROE podem ser escritas como proibições ou limitação que se aplicam a diversas ações em diferentes operações militares. Quando escritas como proibições, as ROE vão impedir os comandantes de determinadas ações. Por outro lado, se forem definidas como permissões, vão determinar os limites em que é permitido ameaçar ou usar a força, bem como as ações que podem ser consideradas como provocativas (NATO, 2003, p. 7).

Assim, as ROE vão estar relacionadas com os Meios e Métodos de Guerra na medida em que vão estabelecer proibições de acordo com os limites impostos aos armamentos e modo como estes são utilizados.

De acordo com o Manual de Regras de Empenhamento de San Remo, existem leis e políticas que têm de ser tidas em conta na elaboração das ROE, nomeadamente: Direito Internacional (DI), Leis Nacionais e Política Nacional, aspetos que iremos abordar seguidamente.

No que diz respeito ao DI, este é um dos pilares que governa a condução das operações militares, incluindo, no seu âmbito, o DIHCA, estando as nações e os indivíduos obrigados a cumprir as suas leis. Para que isto aconteça, todas as nações devem treinar as suas forças para atuar de acordo com o DIHCA, ou com quaisquer outras obrigações legais do DI que tenham impacto nas operações militares. É preciso, também, ter em conta que as nações podem ter ratificado diferentes tratados e, conseqüentemente, estar sujeitas a diferentes obrigações, podendo ter diferentes interpretações e/ou aplicações desses mesmos tratados. É necessário, em operações multinacionais, identificar estas diferenças, de modo a que possam ser tidas em conta no planeamento e condução das operações.

Relativamente às Leis Nacionais, estas devem ser obedecidas pelas Forças Armadas de cada nação, pelo que algumas nações poderão criar ou aumentar restrições às ROE existentes para operações multinacional. Estas restrições devem, sempre que possível, ser compartilhadas com parceiros multinacionais, sendo importante assegurar que os comandantes militares em operações multinacionais estão cientes das mesmas, podendo, deste modo, fazer um uso eficiente e eficaz das forças.

Finalmente, falaremos da Política Nacional. Admitindo que diferentes países podem não ter a mesma posição legal sobre determinadas questões, o planeamento e a condução das operações militares deve ter em conta diferentes posições políticas nacionais. Tal como referido anteriormente, no respeitante ao DI, também neste caso é fundamental identificar estas diferenças, para que sejam tidas em conta durante o planeamento e conduta das operações (Cole, Drew, McLaughlin, & Mandsager, 2009, pp. 1-2).

Podemos, então, admitir que as Regras de Empenhamento resultam da junção de 3 fatores, ilustrados pela imagem seguinte.

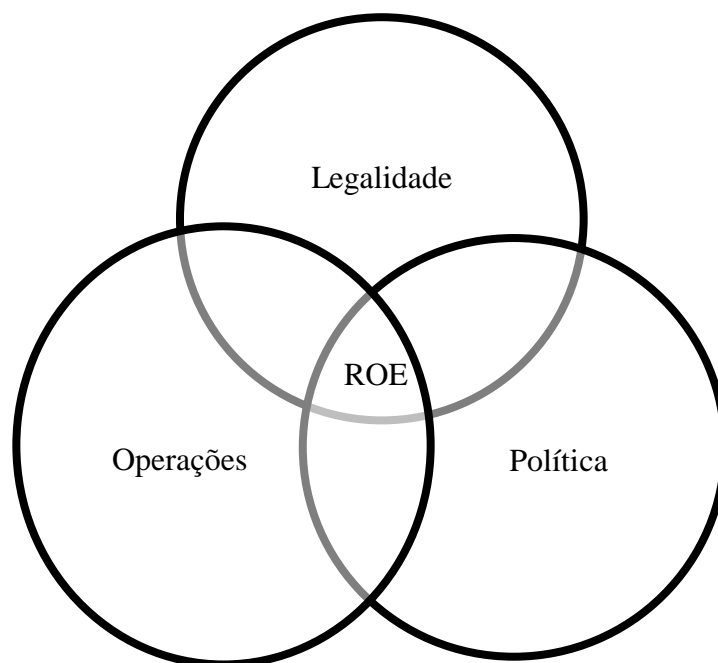


Figura 1 - Fatores Influenciadores das Regras de Empenhamento

5.2. As Regras de Empenhamento e a Legítima Defesa

Ao falar de ROE, torna-se importante referir, também, a legítima defesa.

“De um modo geral, em período de paz, o uso da força é permitido em caso de legítima defesa, na condução de operações de imposição de paz ou no cumprimento de operações ou missões em que esteja autorizada por uma alta autoridade nacional ou outro corpo governamental, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas” (Cole, Drew, McLaughlin, & Mandsager, 2009, p. 3),

O direito à legítima defesa está presente no Art.º 51 da Carta das Nações Unidas, que diz que “Nada na presente Carta pode impedir o direito inerente de legítima defesa individual ou coletiva caso ocorra um ataque armado contra uma membro das Nações Unidas” (Carta das Nações Unidas, 1945), ou seja, não há nada que impeça a legítima defesa, caso algum dos membros das Nações Unidas seja atacado.

Também o Art. 5.º do Tratado do Atlântico Norte refere que “um ataque armado contra um ou mais deles (...) deve ser considerado como um ataque contra todos (...), no exercício do direito à legítima defesa individual ou coletiva reconhecido pelo Art.º 51 da Carta das Nações Unidas, será assistido (...) de imediato (...), tal ação como for

necessário, incluindo o uso de força, para restaurar e manter a segurança da área do Atlântico Norte (...)” (Tratado do Atlântico Norte, 2009).

Assim, podemos concluir que, “independentemente das ROE em vigor, o Comandante de uma força ou unidade, assim como qualquer militar, tem o direito natural de legítima defesa, para repelir um ataque em execução ou iminente contra a sua força ou unidade ou, ainda, contra terceiros” (Costa, 2013), ou seja, as ROE nunca limitam o direito à legítima defesa.

Contudo, embora seja permitido alegar legítima defesa em qualquer situação, mesmo em conflitos armados, as leis nacionais podem diferir, quer na definição, quer nos parâmetros da legítima defesa. Isto leva a que, conseqüentemente, quer indivíduos, quer unidades exerçam este direito de acordo com as leis nacionais do seu país (Cole, Drew, McLaughlin, & Mandsager, 2009, pp. 3-4).

De acordo com o Manual de Regras de Empenhamento de San Remo, o direito à legítima defesa é dividido em quatro níveis diferentes:

a. Legítima Defesa Individual: como o próprio nome indica, refere-se ao direito de um indivíduo de se defender (e, em alguns casos, defender outros indivíduos), quer seja contra um ataque, quer da eminência de um ataque. Contudo, é importante referir que algumas nações permitem aos seus comandantes impor limites à Legítima Defesa Individual.

b. Legítima Defesa da Unidade: os Comandantes de Unidade têm o direito de defender a sua unidade e outras unidades da sua nação em caso de ataque ou eminência de ataque. Embora para algumas nações, o conceito de Legítima Defesa da Unidade seja tido como um direito, bem como uma obrigação, para outras nações é entendido somente como um direito. À semelhança do que acontece com a Legítima Defesa Individual, existem nações que permitem que este direito seja limitado por ordens superiores. O direito de Legítima Defesa da Unidade pode também ser aplicável a unidades e indivíduos de outras nações se for autorizado pelas ROE em vigor.

c. Proteção de Outros: este tipo de legítima defesa refere-se ao direito de defender pessoas específicas (que não façam parte da força) contra ataques ou eminência de ataques. Para algumas nações, o direito à Legítima Defesa Individual ou Legítima Defesa da Unidade não inclui necessariamente o direito de usar força para defender cidadãos de outras nações.

d. Legítima Defesa Nacional: a decisão das situações em que a legítima defesa nacional pode ou não ser invocada diz apenas respeito aos níveis mais altos de autoridades governamentais ou executivas (Cole, Drew, McLaughlin, & Mandsager, 2009, pp. 3-4).

5.3. Planeamento das Regras de Empenhamento

Como vimos anteriormente, a formulação das ROE vai ser “influenciada por uma variedade de fatores. Antes de mais devem ser legais. A lei internacional define os limites legais para o uso da força durante operações militares, no entanto, as leis nacionais podem restringir ainda mais essa utilização de acordo com a situação ou o tipo de operação militar” (Santos, 2000, p. 48).

Assim, obedecendo a este quadro legal, o Conselho do Atlântico Norte⁷ “proporciona diretivas políticas para a conduta da operação militar, e aprova as ROE que considera adequadas às circunstâncias existentes e que sirvam os objetivos pretendidos” (Santos, 2000, p. 48).

As ROE são, então, autorizadas por autoridades nacionais ou, em caso de operações internacionais, pela organização responsável pela mesma, como por exemplo a União Europeia (EU) ou a OTAN (Cole, Drew, McLaughlin, & Mandsager, 2009, p. 10).

De acordo com o Manual de San Remo, a criação das ROE deve fazer parte de toda a fase de planeamento da operação, sendo que o Legal Adviser⁸ tem um papel importante, uma vez que é o principal conselheiro para os responsáveis pelas ROE. São eles que irão assegurar-se de que as ROE são consistentes de acordo com os normativos legais e, também, que refletem os mandatos políticos e as políticas nacionais das nações que fazem parte da Força a participar na operação.

Assim que as ROE são aprovadas, são publicadas e dadas a conhecer à Força (Cole, Drew, McLaughlin, & Mandsager, 2009, p. 10).

⁷ “O Conselho do Atlântico Norte é o principal órgão de decisão política no âmbito da OTAN. Reúne os altos representantes de cada país membro para discutir questões políticas ou operacionais que exijam decisões coletivas. Em suma, é um fórum de consulta entre os membros sobre quaisquer questões que afetem a sua paz e segurança” (NATO, 2012).

⁸ Especialista que oferece aconselhamento legal em diversas matérias.

Capítulo 6

Responsabilidade dos Comandantes Militares

*“O chão falso sobre os pés de Yamashita soltou-se pouco antes das 3 horas da manhã do dia 23 de fevereiro de 1947. Com este ato, a responsabilidade pessoal de um oficial pelas atividades dos seus soldados foi dramaticamente afirmada”*⁹

(Leandro, 2012, p. 18)

“A responsabilidade criminal dos comandantes e outros superiores hierárquicos é um dos temas de maior atualidade e importância no contexto dos crimes de guerra” (Leandro, 2012, p. 17).

Cinquenta anos após a II Guerra Mundial, o conceito de responsabilidade dos comandantes militares era controverso e incerto, pelo que era necessário torná-lo objetivo e juridicamente aceitável (Leandro, 2012, p. 255).

Carla Del Ponte, prossecutora de crimes de guerra, referiu-se à responsabilidade de comando como “uma das ferramentas mais importantes à disposição dos tribunais internacionais para determinar a responsabilidade de líderes locais e de líderes ao mais alto nível em Estados onde as suas estruturas militares, políticas e administrativas estiveram envolvidas em crimes graves” (Leandro, 2012, p. 255).

Para compreender a responsabilidade dos comandantes militares será necessário, então, perceber por que factos é o comandante responsável: se “pelos atos praticados pelos seus subordinados ou se, pelo contrário, o superior hierárquico é apenas responsável pela falha dos seus deveres como superior dos seus subordinados” (Leandro, 2012, p. 256).

Em 2005, no julgamento de Sefer Halilovic¹⁰, o Tribunal Penal Internacional para a antiga Jugoslávia estabeleceu que “(...) o comandante em princípio não partilha a mesma

⁹ Referência a Tomoyuki Yamashita, um general japonês, que foi preso, julgado e condenado como criminoso por não cumprir o seu dever como comandante de controlar todos os atos criminosos dos soldados sob o seu comando. Apesar dos esforços da defesa, que declarava que Yamashita não tinha conhecimento dos crimes cometidos, este foi, a 23 de fevereiro de 1947, enforcado (United States Military Commission, 1945).

responsabilidade relativamente aos crimes cometidos mas apenas é responsável pela sua falha de ação (...)” (ICTY, n.d.), significando que esta responsabilidade do comandante não é uma responsabilidade pela participação (Leandro, 2012, p. 256).

Assim, podemos afirmar que “os superiores são responsáveis por si próprios, pela violação/omissão dos seus deveres resultantes da sua posição de superioridade. Esta ideia é tanto mais verdade que, se notarmos, um superior que adote todas as medidas necessárias, adequadas e ao seu alcance para impedir e punir os seus subordinados, em princípio, não incorre em responsabilidade criminal, mesmo se o crime vier a ser consumado pelos seus subordinados” (Leandro, 2012, p. 256).

6.1. Jus Post Bellum

Conceptualmente, qualquer conflito armado tem um princípio, um meio e um fim. Assim, para uma guerra justa, é também necessária justiça no fim do conflito. Anteriormente, referimos o conceito de Jus ad Bellum e Jus in Bellum. Agora, importa também referir a necessidade de estabelecer uma paz justa e sustentável, após o fim do conflito, à qual se dá o nome de Jus Post Bellum (Stahn & Kleffner, 2008, p. 36).

6.2. Tribunal Penal Internacional

6.2.1. Conceito

O Conselho de Segurança das Nações Unidas criou dois tribunais internacionais especialmente para punir crimes cometidos em dois contextos: a Ex-Jugoslávia e o Ruanda. Estes tribunais foram designados por “ad hoc” (CICV, 2000).

Mais tarde, com o objetivo de criar um tribunal que julgasse criminosos de guerra e genocidas, sem que houvesse necessidade de estabelecer tribunais numa base circunstancial, foi criado o Tribunal Penal Internacional (TPI) (Deyra, 2001, p. 154).

¹⁰ Sefer Halilovic foi um General do Exército da Bósnia Herzegovina, acusado de assassinatos cometidos por tropas pertencentes ao seu Exército, nas aldeias de Grabovica e Uzdol, que estavam sob o seu comando (ICTY, n.d.).

O TPI consiste numa instituição permanente, com sede em Haia, embora possa funcionar noutro local, se conveniente. Tem jurisdição sobre as pessoas responsáveis pelos crimes de maior gravidade com alcance internacional.

O Estatuto do TPI foi ratificado por Portugal a 18 de janeiro de 2002.

Relativamente aos seus poderes e funções, o TPI exerce-os no território de qualquer Estado parte e, em caso de acordo, poderá exercê-los no território de qualquer outro Estado (Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, 1998).

6.2.2. Competências do Tribunal Penal Internacional

A competência do TPI está restringida aos crimes mais graves que afetam a comunidade internacional. Assim, nos termos do seu estatuto, terá competência para julgar os crimes de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e crimes de agressão.

Como crime de genocídio¹¹, pode ser definido qualquer ato que seja praticado com a intenção de destruir, quer seja total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, rácico ou religioso, podendo ser manifestado através de: homicídio de membros do grupo, ofensas graves à integridade física ou mental de membros do grupo, sujeição intencional do grupo a condições de vida pensadas para provocar a sua destruição física, total ou parcial, imposição de medidas destinadas a impedir nascimentos no seio do grupo e transferência forçada de crianças entre grupos.

Relativamente aos crimes contra a humanidade¹², estes constituem ataques contra qualquer população civil. Como exemplos destes crimes, temos o homicídio, extermínio, escravidão, tortura e crime de apartheid¹³, entre outros.

¹¹ Art.º 6.º do Estatuto do TPI.

¹² Art.º 7.º do Estatuto do TPI.

¹³ Atos desumanos cometidos com o propósito de estabelecer e manter a dominação de um grupo racial de pessoas sobre qualquer outro grupo racial.

Os crimes de guerra¹⁴ referem-se a violações graves às Convenções de Genebra, violações graves das leis e costumes aplicáveis em conflitos armados internacionais no quadro do direito internacional¹⁵ e, em caso de conflitos armados que não sejam internacionais, a quaisquer violações do Art.º 3.º comum às quatro Convenções de Genebra (Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, 1998).

6.2.3. Aplicabilidade do Tribunal Penal Internacional

De acordo com o Art.º 27.º do Estatuto do TPI, este será aplicável de forma igual a qualquer pessoa, sem nenhuma distinção com base na sua qualidade oficial. Deste modo, “em particular, a qualidade oficial de Chefe de Estado ou de Governo, de membro de Governo ou do Parlamento, de representante eleito ou de funcionário público em caso algum eximirá a pessoa em causa de responsabilidade criminal (...) nem constituirá de per si motivo de redução da pena” (Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, 1998).

6.2.4. Responsabilidade dos Chefes Militares e Outros Superiores Hierárquicos

O Art.º 28.º do Estatuto do TPI define a responsabilidade dos chefes militares e superiores hierárquicos.

Assim, o chefe militar será criminalmente responsável por crimes que sejam da competência do TPI, caso estes tenham sido cometidos por forças sob o seu comando ou autoridade, por não ter exercido um controlo apropriado sobre essas forças em dois casos distintos. Primeiramente, no caso desse chefe militar ter conhecimento ou no caso de dever ter tido conhecimento de que essas forças estavam a cometer ou a preparar-se para cometer o crime e, em segundo lugar, caso o chefe militar não tenha adotado as medidas necessárias e adequadas que estivessem ao seu alcance para prevenir ou reprimir a prática do crime ou, por outro lado, para levar o assunto ao conhecimento das autoridades competentes (Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional, 1998).

¹⁴ Art.º 8.º do Estatuto do TPI.

¹⁵ Nomeadamente atacar intencionalmente a população civil em geral ou civis que não participem diretamente nas hostilidades, bens que não sejam objetivos militares, bem como pessoal, instalações, material, unidades ou veículos que participem numa missão de manutenção da paz ou de assistência humanitária.

Capítulo 7

Apresentação e Análise de Resultados

7.1. Análise de Resultados

Neste capítulo, irá ser feita a análise dos resultados com base nas respostas dadas pelos entrevistados. Esta análise será realizada através da elaboração de um quadro por questão, onde serão transcritas as expressões-chave de cada entrevistado para a pergunta em questão.

7.1.1. Apresentação e Análise de Conteúdo à Questão “Sentiu alguma dificuldade durante a missão relacionada com matéria no âmbito do Direito? Se sim, que dificuldades?”

Esta questão foi aplicada aos entrevistados E1, E2, E3 e E4.

Tabela 1 - Análise de resultados obtidos na Questão “Sentiu alguma dificuldade durante a missão relacionada com matéria no âmbito do Direito? Se sim, que dificuldades?”

Entrevistado (a)	Expressões Chave
1	“No período de 1970 a 1975, não havia formação nesta área. Não havia nenhuma sensibilização. (...) Cumpriam-se as regras gerais de natureza humanitária, mas ninguém estava preocupado com as Convenções de Genebra. Quando os nossos militares foram para o terreno, em África, em 1961, tiveram de resolver as situações de forma pragmática, utilizando os princípios humanitários que fazem parte integrante da consciência das

	<p>pessoas, dos costumes e das práticas que nos foram ensinadas pelos nossos pais, avós e camaradas. Era mais uma questão de obrigação moral e ética do que um sentimento ou percepção de obrigatoriedade jurídica.”</p>
2	<p>“Em 1994, ainda não se falava muito disso na Marinha portuguesa.</p> <p>Julgo que um comandante tem sempre imensas dificuldades em termos de atuação devido às limitações do Direito Internacional Humanitário. Assim, esta obrigação que existe, por parte das convenções, de haver um Legal Adviser junto ao comandante, é uma grande ajuda.”</p>
3	<p>Sim, principalmente na missão na BiH, em 2000, face ao desconhecimento quase total que existia sobre o assunto, muito em particular no que se relacionava com as regras de empenhamento (ROE) e com o estatuto dos militares em missão na BiH.</p> <p>Na missão ulterior não foram sentidas dificuldades sobre o assunto em apreço, visto que entretanto desenvolvi os conhecimentos nessa área, pela qual me interesso particularmente.</p>
4	<p>Existem sempre desafios na área do Direito, quando se trata de operação real.</p> <p>Tratando-se de uma operação multinacional, as maiores desafios prendem-se com a necessidade de compatibilizar as necessidades operacionais com as diversas restrições nacionais das unidades da Força, sendo que algumas dessas restrições resultam do ordenamento jurídico desses países.</p>

Análise da questão:

Com a análise das respostas recolhidas, é possível verificar que a preocupação com as normas do DIH é uma realidade recente. Os entrevistados E1, E2 e E3 afirmaram que o facto de ter ou não sentido dificuldades se deveu ao desconhecimento que havia em relação

à matéria. Referiram que se cumpriam as regras de natureza humanitária, mas sem sensibilização para tratados ou convenções. Foi também referida a existência de desafios na área do Direito em operações reais, resultando da necessidade de compatibilizar as necessidades operacionais com as restrições nacionais da Força, pelo que a existência de um Legal Adviser é benéfica e fundamental para o comandante.

7.1.2. Apresentação e Análise de Conteúdo à Questão “De que forma estão as regras de empenhamento relacionadas com o DIHCA?”

Esta questão foi aplicada ao entrevistado E1.

Tabela 1 - Análise dos resultados obtidos na Questão “De que forma estão as regras de empenhamento relacionadas com o DIHCA?”

Entrevistado (a)	Expressões Chave
1	<p>As regras de empenhamento baseiam-se, essencialmente, nos princípios e nas normas do Direito Internacional Humanitário. (...)</p> <p>Nas Convenções, não há normativos que refiram e enumerem exaustiva e especificamente, quais são as regras de empenhamento. As regras de empenhamento derivam, então, dos princípios e das normas gerais do Direito Humanitário.</p>

Análise da Questão:

O entrevistado referiu que as ROE derivam essencialmente dos princípios e normas gerais do Direito Humanitário, não existindo normativos que as refiram e enumerem exaustivamente.

7.1.3. Apresentação e Análise de Conteúdo à Questão “Que responsabilidades têm os comandantes militares e qual a sua preparação do ponto de vista jurídico?”

Esta questão foi aplicada ao entrevistado E1.

Tabela 2 - Análise dos resultados obtidos na Questão “Que responsabilidades têm os comandantes militares e qual a sua preparação do ponto de vista jurídico?”

Entrevistado (a)	Expressões Chave
1	<p>A guerra de há 100, 60 ou 40 anos era diferente da de hoje, pelo que as Convenções também têm de ir sendo adaptadas.</p> <p>(...)</p> <p>Assim, temos a obrigação de legislar de uma forma abstrata e geral, de tal forma que, no futuro, os normativos possam ser aplicados, independentemente da evolução dos armamentos e das táticas. Para isso o importante é introduzir nas Convenções, valores e princípios.</p> <p>Os princípios fundamentais do Direito Internacional Humanitário são os da humanidade, proporcionalidade e distinção. Os princípios da humanidade e da proporcionalidade são mais gerais. Já o princípio da distinção é o mais difícil de aplicar, porque o combatente está no terreno, a combater, stressado e a “<i>guerra é caos</i>”.</p> <p>(...)</p> <p>O problema da responsabilidade dos comandantes militares é que estes têm de cumprir as ordens superiores que lhe são impostas e então ficam espartilhados entre duas imposições: cumprir as ordens superiores, atingir os objetivos que lhe são impostos e, ao mesmo tempo, não infringir toda a panóplia dos normativos impostos pelo Direito Internacional Humanitário. E mais ainda, fazer cumprir as normas aos seus subordinados, que se encontram no terreno, muitas vezes a grande distância, num ambiente de difícil controlo.</p>

	<p>(...)</p> <p>As altas partes contratantes das Convenções obrigaram-se a investigar e a relatar, a nível nacional, qualquer violação e reportar anomalias e punir os crimes de guerra que sejam cometidos durante os combates.</p> <p>(...)</p> <p>Além disso, existem normativos, segundo os quais as altas partes contratantes têm a responsabilidade de preparar os seus militares para respeitarem as regras do DIH. Como é feita esta preparação? Com educação e treino. Educação, na parte teórica, e treino nos exercícios no terreno, para que aprendam as bases gerais e as ponham em prática.</p> <p>É também fundamental, para além desta preparação, que os comandantes tenham “<i>legal advisers</i>”, que os possam aconselhar no planeamento das operações e sempre que necessário.</p> <p>(...)</p> <p>Se não houvesse regras para a limitação do uso da força, os exércitos dizimavam-se mutuamente e as populações civis seriam exterminadas.</p>
--	---

Análise da Questão:

Relativamente à preparação e responsabilidades de um comandante militar, o entrevistado mencionou, inicialmente, a necessidade de que se legisle de forma abstrata, possibilitando que “os normativos possam ser aplicados, independentemente da evolução dos armamentos e das táticas”.

Quanto à responsabilidade dos comandantes, o problema central é o facto de estes terem de cumprir as ordens superiores e, ao mesmo tempo, evitar infringir quaisquer normativos impostos pelo DIH.

Há também a obrigação de que quaisquer violações e anomalias sejam investigadas e relatadas e que os crimes de guerra sejam punidos.

Relativamente à preparação dos comandantes militares, as altas partes contratantes têm a responsabilidade de os preparar para conhecer e respeitar as regras do DIH, fazendo-o através de educação e treino das forças. Foi novamente referida a importância de um Legal Adviser que possa aconselhar o comandante em termos de planeamento, bem como sempre que necessário durante uma operação.

7.1.4. Apresentação e Análise de Conteúdo à Questão “Que preparação têm os comandantes militares antes de participar em operações de apoio à paz?”

Esta questão foi aplicada aos entrevistados E2, E3 e E4.

Tabela 3 - Análise de resultados obtidos na Questão “Que preparação têm os comandantes militares antes de participar em operações de apoio à paz?”

Entrevistado (a)	Expressões Chave
2	“(…) desde 1995, damos Direito Internacional Humanitário nos cursos de operações, onde são ensinadas matérias de Direito e Regras de Empenhamento. A partir de 2002, isto passou a ser feito também em cursos de sargentos e praças e começaram a ser dadas palestras nos cursos de formação de sargentos e nos cursos de cabos.”
3	“Fundamentalmente são ministradas palestras sobre as ROE e pouco mais. No restante, são por vezes requeridas palestras sobre o Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados, mas nem sempre tal acontece.”
4	“Os comandantes na Marinha têm ao longo da sua carreira várias ações de formação (no CPOS, nos cursos de especialização, no estágio para Comandantes e Imediatos, nos Planos de Treino dos Navios, etc), que garantem a formação na área dos Direito dos Conflitos Armados, Direito Internacional Marítimo e uso da força.”

Análise da questão n.º6:

Nesta questão, é importante fazer a distinção entre a formação dos elementos da Marinha e do Exército, dado os entrevistados cujas respostas foram analisadas pertencerem a estes dois ramos das Forças Armadas.

Os elementos da Marinha Portuguesa têm, ao longo da carreira, formação que lhes garante conhecimentos na área do Direito dos Conflitos Armados e, mais especificamente, no Direito Internacional Marítimo. Esta formação está também integrada nos cursos de sargentos e praças.

Relativamente aos militares do Exército, a sua preparação consiste, fundamentalmente, em palestras sobre as ROE. Frequentemente, também são requeridas palestras sobre DIHCA, embora nem sempre aconteçam.

7.1.5. Apresentação e Análise de Conteúdo à Questão “Essa preparação é adequada, tendo em conta a diversidade de operações a ser realizadas? Que alterações poderiam ser propostas?”

Esta questão foi aplicada aos entrevistados E2, E3 e E4.

Tabela 4 - Análise de resultados obtidos na Questão “Essa preparação é adequada, tendo em conta a diversidade de operações a ser realizadas? Que alterações poderiam ser propostas?”

Entrevistado (a)	Expressões Chave
2	<p>“Olhando para a Marinha, acho que os Comandantes têm, neste momento, uma grande sensibilidade para a matéria. (...) Em termos de alterações, eu diria que é preciso, primeiramente, sermos mais conjuntos, no que diz respeito aos Legal Advisers. Na minha opinião, há uma ligação entre a Marinha e a Força Aérea, mas não a há com o Exército. (...) (...) resumindo, podemos melhorar o joint, podemos melhorar em ter Legal Advisers operacionais também ao nível do</p>

	EMGFA, de todos os ramos, que participem nas operações ou pelo menos nos exercícios, para que possam treinar.”
3	“(…) o assunto merece melhor atenção e algum desenvolvimento no que respeita aos sargentos do QP e aos militares em regime de voluntariado (RV) e de contrato (RC). (…) proceder a uma revisão dos conteúdos programáticos ao nível do Curso de Sargentos do QP e dos cursos dos militares em RV/RC.”
4	“A formação de base (...) é muito importante mas é essencial que, face à diversidade e especificidade, sejam criados planos de formação e treino adaptados a cada missão. Nesse sentido foram criadas na Marinha, por exemplo, ações de formação de âmbito jurídico específico para as operações de combate à pirataria e para os militares que integram o contingente nacional na ISAF.”

Análise da questão n.º 7:

À semelhança da questão anterior, faremos, nesta análise, a distinção entre Marinha e Exército.

Relativamente à Marinha, foi referida a necessidade de se trabalhar de uma forma mais conjunta entre ramos, nomeadamente no que diz respeito aos Legal Advisers. Foi também referida a necessidade de ações de formação específica para determinadas operações, como o caso do combate à pirataria.

Quanto ao Exército, seria necessário fazer uma revisão aos conteúdos programáticos dos cursos de Sargentos QP e dos militares RV/RC.

7.1.6. Apresentação e Análise de Conteúdo à Questão “Na sua opinião, os limites impostos pelo DIHCA estão, atualmente, adequados ao tipo de conflitos existentes?”

Esta questão foi aplicada aos entrevistados E1, E2, E3 e E4.

Tabela 5 -Análise de resultados obtidos na Questão “Na sua opinião, os limites impostos pelo DIHCA estão, atualmente, adequados ao tipo de conflitos existentes?”

Entrevistado (a)	Expressões Chave
1	<p>“Se havia melhorias a introduzir nas Convenções? Claro que sim, mas estas têm sido introduzidas através de Protocolos Adicionais e outros Acordos sobre determinadas categorias de armas e ainda outras sobre a proteção dos civis e em particular das crianças no decurso dos conflitos. Acordos pontuais, que vão sendo aprovados e ratificados, a fim de se evitar que, no seu conjunto, o Direito Internacional Humanitário fique desajustado face às realidades dos nossos dias.</p> <p>Mas o mais importante são os princípios e os valores e esses estão integrados nas Convenções (...).</p> <p>(...)</p> <p>Sim, o Direito Internacional Humanitário/Direito dos Conflitos Armados está adequado à conflitualidade dos nossos dias, embora com as imperfeições que são próprias do Direito em geral e do Direito Internacional em particular.”</p>
2	<p>“Eu diria que a primeira resposta é sim.</p> <p>(...)</p> <p>O que se passa é que é necessário evoluir, porque tudo está a evoluir.”</p>
3	<p>“No que respeita ao direito internacional humanitário sim, já não se pode dizer o mesmo relativamente ao Direito dos Conflitos Armados, onde pese embora os princípios do Direito de Genebra e de Haia se possam aplicar de uma forma geral, no entanto, ao nível do Direito de Nova Iorque, muito baseado nas convenções internacionais em que as Nações Unidas (NU) constituem um elemento primordial. Nesse campo ainda existe muito trabalho para desenvolver, particularmente no que se refere às convenções sobre proteção do pessoal das NU em</p>

	missões de paz, particularmente no que se refere à proteção dos militares nesse tipo de missões, muito em especial quando se trata de missões no âmbito do Capítulo VII da Carta das NU, caso das operações de imposição de paz, onde o recurso à força acontece com elevada probabilidade.”
4	<p>“O Direito dos Conflitos Armados (DCA) ou Direito Humanitário é, como todos os ramos do Direito, sensível a novas necessidades e problemas.</p> <p>(...)</p> <p>Verificamos que ao longo do tempo foram surgindo outros acordos internacionais que fazem o DCA evoluir, como por exemplo, várias convenções sobre o uso de determinadas armas num conflito armado (...).</p> <p>Em resumo: temos que estar preparados para guerra, e por isso treinar o DCA, mas temos também que estar conscientes que, em tempo de paz, as missões têm outro enquadramento legal e exigem dos militares flexibilidade e capacidade de adaptação.</p>

Análise da questão n.º8:

Três dos entrevistados referiram que os limites estão adequados, tendo uma das respostas referido que ao nível do Direito dos Conflitos Armados isto não acontece, por haver ainda muitas melhorias a fazer, especialmente no respeitante a operações do Capítulo VII da Carta das NU, referente à ação em caso de ameaça à paz, rotura de paz e atos de agressão, nomeadamente o caso das operações de imposição de paz, onde o recurso à força é uma realidade provável e frequente.

No geral, existem melhorias a introduzir nas Convenções, de modo a acompanhar a evolução das operações, que têm sido introduzidas, quer através de Protocolos Adicionais, quer através de Acordos.

Assim, conclui-se que, embora com algumas imperfeições, os limites do DIHCA estão adequados à conflitualidade atual.

Capítulo 8

Conclusões e Recomendações

8.1. Generalidades

O presente capítulo servirá para dar respostas às questões derivadas formuladas no início deste trabalho, bem como à pergunta de partida. Terminará com o reconhecimento das limitações com que nos fomos deparando ao longo da investigação e com a proposta para futuras investigações.

8.2. Resposta às Perguntas Derivadas e Pergunta de Partida

As perguntas derivadas concorrem diretamente para a concretização do objetivo do trabalho, que consistia na identificação das disposições do DIHCA que restringiam os métodos e meios de guerra a usar em Operações Militares.

No respeitante à primeira Pergunta Derivada **“De que modo estão as Regras de Empenhamento das Operações de Apoio à Paz relacionadas com os limites impostos pelo DIHCA aos meios e métodos de guerra?”**, a pesquisa documental feita permitiu-nos concluir que as ROE consistem em diretivas que definem circunstâncias, condições, grau e forma em que a força pode ser aplicada. Estão relacionadas com os limites impostos pelo DIHCA aos meios e métodos de guerra na medida em que vão ser elaboradas tendo em conta essas limitações. Assim, as ROE vão ser planeadas tendo em conta três pilares: o Direito Internacional, Leis Nacionais e Política Nacional. O Direito Internacional, bem como as proibições aos métodos e meios de guerra, que referimos durante este trabalho, governam, então, as operações de apoio à paz, bem como quaisquer outras operações militares, pelo que as nações e indivíduos estão obrigados a cumprir as suas leis e restrições. Quanto às leis nacionais e às diferentes posições políticas nacionais, estas poderão, também, criar ou aumentar restrições às ROE. Em períodos de paz, o uso da força é permitido em caso de legítima defesa, na condução de operações de imposição à paz ou

no cumprimento de quaisquer missões em que esteja autorizada por uma alta autoridade nacional ou corpo governamental.

Quanto à segunda Pergunta Derivada **“Será adequada a preparação dos comandantes militares que participam em operações de apoio à paz, de modo a que o seu planeamento e respetiva conduta respeite as imposições legais impostas pelo DIHCA?”**, a resposta a esta pergunta será dada tendo por base as entrevistas realizadas.

Conclui-se que, ao longo da carreira, os militares têm formação que lhes garanta conhecimentos na área do DIH, designadamente no âmbito do DIHCA. Na Marinha, esta formação está também integrada nos cursos de sargentos e praças. Relativamente ao Exército, esta consiste, fundamentalmente, em palestras sobre as ROE e, por vezes, sobre DIHCA. Contudo, chegámos à conclusão que esta preparação ainda não é a mais adequada, existindo melhorias a fazer, nomeadamente um trabalho mais conjunto entre os diferentes ramos das Forças Armadas, a necessidade de formação específica para determinadas operações, bem como revisões aos conteúdos programáticos de alguns cursos.

Por fim, como resposta à última Pergunta Derivada **“Serão os limites impostos pelo DIHCA quanto à utilização dos meios e métodos de guerra adequados às ameaças e ao tipo de conflitos que se vivem atualmente, tendo em conta que a grande percentagem de vítimas são civis?”**, podemos dizer que a resposta é afirmativa. Existem melhorias a fazer, que têm sido implementadas através de Protocolos e Acordos, de modo a acompanhar a evolução das operações (tipo de operações e armamento). Assim, embora estes limites ainda tenham algumas imperfeições, características do próprio Direito, estão adequados à conflitualidade atual, sendo possível especificar quais as proibições e limitações de cada um deles.

Relativamente aos meios de guerra, existem três categorias de armas proibidas: armas irremediavelmente letais, armas que produzem efeitos traumáticos excessivos e armas com efeitos indiscriminados. Existem diversas disposições legais que limitam os meios de guerra, como é o caso da Convenção sobre a Proibição ou Limitação do Uso de Certas Armas Convencionais que Podem Ser Consideradas como Produzindo Efeitos Traumáticos Excessivos ou Ferindo Indiscriminadamente ou a Convenção de Ottawa, que proíbe a utilização, desenvolvimento, armazenamento ou transferência de minas antipessoal.

Respondendo à pergunta de partida **“Que disposições de DIHCA restringem os meios e métodos de guerra a usar nas operações de resposta a crises, nomeadamente no que diz respeito às operações de apoio à paz?”**, existem vários pontos a ter em conta.

No respeitante aos métodos de guerra, estão proibidos quatro procedimentos, sendo eles a perfídia, a recusa de quartel, o recrutamento forçado e a deportação da população civil.

Há, também, a necessidade de restringir os ataques contra o adversário, estando proibidos os ataques indiscriminados, a destruição, bem como a apropriação de bens que não sejam justificados por necessidades militares e executados em grande escala, os atos terroristas, a tomada de reféns e as represálias armadas.

Todas estas limitações estão explícitas nas Convenções de Genebra e Protocolos Adicionais, bem como na Convenção de Haia.

8.3. Conclusões

Após as respostas às perguntas derivadas e pergunta de partida, podem, agora, tecer-se algumas considerações finais relativamente à investigação.

Com esta investigação, podemos concluir que os meios e métodos de guerra consistem, respetivamente, nas armas a utilizar e na maneira como estas são utilizadas. Os meios e métodos de guerra são limitados por diversos normativos, previstos em Convenções, Protocolos Adicionais e Acordos, que têm vindo a surgir no tempo, de modo a acompanhar a evolução constante do armamento e táticas, com o objetivo de que as limitações permaneçam atuais.

De modo a que todas as restrições impostas sejam cumpridas, um dos mecanismos a utilizar são as ROE. As ROE vão limitar a ação dos militares, contribuindo para que estes atuem permanentemente de acordo com as disposições legais, impedindo que haja a ocorrência de crimes.

A importância dos comandantes militares é fundamental, dado que é necessário que estes conheçam os normativos legais pelos quais devem reger o seu planeamento e condução das operações. Relativamente a esta preparação, vimos que beneficiaria em tornar-se num trabalho conjunto de todos os ramos das Forças Armadas e que o acompanhamento dos comandantes por Legal Advisers é um fator benéfico e fundamental para o seu desempenho.

No fim, chegámos à conclusão de que, embora com algumas imperfeições, os limites impostos pelo DIHCA estão adequados à conflitualidade atual, resultado de todas as atualizações que têm vindo a sofrer.

8.4. Limitações

No decorrer da elaboração desta investigação surgiram algumas dificuldades que importa mencionar.

Na fase da pesquisa documental, a grande quantidade de legislação torna, por vezes, difícil saber o quê e onde procurar. Ainda relativamente à legislação consultada, foi possível perceber que, ao contrário do que se passa com o Direito de Genebra, o Direito de Haia não se encontra tão organizado, devido ao facto dos diferentes Estados não terem ratificado todas as Convenções.

Relativamente às entrevistas, não foram realizadas todas as previstas, por impossibilidade dos militares inicialmente elencados. Além disso, houve entrevistas que tiveram de ser realizadas via correio eletrónico, dado os entrevistados não se encontrarem disponíveis para o fazer presencialmente.

Por fim, também importa referir que a limitação imposta ao número de páginas pelas normas de redação leva a que a quantidade de informação exposta também seja limitada, não sendo possível enumerar todos os normativos respeitantes ao assunto em estudo.

8.5. Investigações Futuras

Após o estudo desenvolvido, é possível afirmar que, a partir do trabalho realizado, existem mais possibilidades de investigação.

Uma das investigações possíveis seria a avaliação da possibilidade da criação de um trabalho conjunto dos ramos das Forças Armadas ao nível de um corpo de juristas/Legal Advisers. Seria também benéfica a revisão e delineação dos pontos fortes e fracos da preparação jurídica dos militares antes da participação em operações, ao nível do Exército.

Bibliografia

Academia Militar. (30 de junho de 2011). Normas de Execução Permanente. *NEP 520/DE*

Almeida, M.-G. M. (janeiro de 2006). *Direito Internacional Humanitário - Os Novos Desafios*. Obtido em 26 de março de 2014, de Revista Militar: http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=50

Asser Institute. (2014). *METHODS AND MEANS OF WARFARE*. Obtido em 3 de abril de 2014, de Asser Institute - Centre for International & European Law: http://www.asser.nl/default.aspx?site_id=9&level1=13336&level2=13374&level3=13460

Baleizão, C. R. (25 de janeiro de 2011). Métodos e Meios de Combate. *Curso de Promoção a Oficial General*.

Carreira, J. M. (2004). *O Direito Humanitária, as Regras de Empenhamento e a Condução das Operações Militares*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha.

Carta das Nações Unidas. (26 de junho de 1945). São Francisco.

CICV. (1 de fevereiro de 2000). *Convenção de 1997 sobre proibição de minas antipessoal e sobre a sua destruição*. Obtido em 11 de abril de 2014, de Comité Internacional da Cruz Vermelha: <http://www.icrc.org/por/resources/documents/misc/66mhbn.htm>

CICV. (29 de outubro de 2010). *O DIH e outros regimes legais – jus ad bellum e jus in bello*. Obtido em 24 de abril de 2014, de Comité Internacional da Cruz Vermelha: <http://www.icrc.org/por/war-and-law/ihl-other-legal-regmies/jus-in-bello-jus-ad-bellum/overview-jus-ad-bellum-jus-in-bello.htm>

CICV. (23 de março de 2000). *Punir os crimes de guerra: os Tribunais Penais Internacionais*. Obtido em 13 de maio de 2014, de Comité Internacional da Cruz Vermelha: <http://www.icrc.org/por/resources/documents/misc/5tndf6.htm>

Cole, A., Drew, P., McLaughlin, R., & Mandsager, R. (2009). *Sanremo Handbool on Rules of Engagement*. Sanremo: International Institute of Humanitarian Law.

Costa, C.-t. P. (17 de janeiro de 2013). *ROE*. Obtido em 29 de abril de 2014, de Prezi: <http://prezi.com/zlhmsrrzktxg/roe/>

Deyra, M. (2001). *Direito Internacional Humanitário* (1.^a Edição ed.). Lisboa: Procuradoria-Geral da República.

Ejército de Tierra Español. (2007). *Orientaciones - El Derecho de los Conflictos Armados* (2.^a Edição ed., Vol. I). Centro Geográfico del Ejército.

Estatuto de Roma do Tribunal Penal Internacional. (17 de 07 de 1998).

Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça. (26 de junho de 1945).

Freixo, M. J. (2012). *Metodologia Científica - Fundamentos, Métodos e Técnicas* (4.^a Edição ed.). Lisboa: Instituto Piaget.

GDDC. (2014). *Direito Internacional Humanitário: O que é o Direito Internacional Humanitário (D.I.H.)?* Obtido em 8 de abril de 2014, de Gabinete de Documentação e Direito Comparado: <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/direito-internacional-humanitario/sobre-dih.html>

ICTY. (n.d.). *Sefer Halilovic - Case Information Sheet*. Obtido em 18 de março de 2014, de International Criminal Tribunal for the former Yugoslavia: http://www.icty.org/x/cases/halilovic/cis/en/cis_halilovic.pdf

IV Convenção de Genebra. (12 de agosto de 1949). *Convenção IV, Convenção de Genebra Relativa à Protecção das Pessoas Civis em Tempo de Guerra* .

Leandro, F. (2012). *Responsabilidade Criminal dos Chefes Militares*. Lisboa: Universidade Católica.

Nabulsi, K. (2011). *Jus ad Bellum / Jus in Bello*. Obtido em 24 de abril de 2014, de Crimes of War: <http://www.crimesofwar.org/a-z-guide/jus-ad-bellum-jus-in-bello/>

NATO. (2003). *MC 362/1 - NATO Rules of Engagement*.

NATO. (5 de março de 2012). *The North Atlantic Council*. Obtido em 2 de maio de 2014, de North Atlantic Treaty Organization: http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_49763.htm

OCHA Mini ONU. (29 de julho de 2009). *Princípios Gerais do Direito Internacional Humanitário*. Obtido em 11 de abril de 2014, de Office for the Coordination of Humanitarian Affairs 2009: <http://ochamini2009.wordpress.com/2009/07/29/principios-gerais-do-direito-internacional-humanitario/>

Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra. (8 de junho de 1977). *Protocolo I Adicional às Convenções de Genebra de 12 de Agosto de 1949 relativo à Protecção das Vítimas dos Conflitos Armados Internacionais*.

Quivy, R., & Compenhoudt, L. V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (4.^a Edição ed.). (G. Valente, Ed.) Lisboa: Gradiva.

Santos, G. A. (2000). O Poder de Decisão na OTAN. In AAVV, *Nação e Defesa*. Instituto de Defesa Nacional.

Stahn, C., & Kleffner, J. (2008). *Jus Post Bellum - Towards a Law of Transition From Conflict to Peace*. Holanda: T.M.C. Asser Press.

Tratado do Atlântico Norte. (4 de abril de 2009). Washington.

United States Military Commission. (7 de dezembro de 1945). *Trial of General Tomoyuki Yamashita*. Obtido em 14 de março de 2014, de Law of War: <http://lawofwar.org/Yamashita%20Commission.htm>

Apêndices



ACADEMIA MILITAR

A Aplicabilidade do Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados na Escolha dos Métodos e Meios de Guerra

Autor

Aspirante Aluna de Artilharia Ana Cláudia de Fernandes e Rouquinho

Orientador: Coronel de Artilharia Rui Manuel Ferreira Venâncio Baleizão

Lisboa, março de 2014

Guião da Entrevista

Tema: “*A Aplicabilidade do Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados na Escolha dos Métodos e Meios de Guerra*”

Entrevistador: Aspirante de Artilharia Ana Cláudia de Fernandes e Rouquinho

Entrevistado: Major General Manuel de Campos Almeida

Data: 11 de maio de 2014

Local: Lisboa

Objetivos Gerais:

- Saber a relação entre o DIHCA e as Regras de Empenhamento;
- Conhecer a preparação dos comandantes militares antes da sua participação em operações de apoio à paz;
- Perceber se a preparação dos comandantes, ao nível do Direito, é ou não adequada ao tipo de conflitos e funções que vão ter de desempenhar;
- Saber que alterações poderiam ser propostas ao nível da preparação dos comandantes militares;
- Saber a adequação dos limites impostos pelo DIHCA aos métodos e meios de guerra, tendo em conta o tipo de conflitos existentes atualmente.

Módulos Temáticos:

- Módulo A – Apresentação do Entrevistado;
- Módulo B – Tarefas Desempenhadas em Missões
- Módulo C – O DIHCA e as Regras de Empenhamento
- Módulo D – Preparação dos Comandantes
- Módulo E – Adequação dos Limites Impostos pelo DIHCA aos conflitos atuais

Entrevista

Módulo A

Qual o seu nome?

Major General Manuel de Campos Almeida.

Que função desempenha atualmente?

Atualmente, estou reformado. Sou professor e conferencista, não só em Portugal, mas também no estrangeiro.

Módulo B

Já participou em alguma missão? Se sim, em que missão/missões?

Particpei na missão no Ruanda, após o genocídio, em 1998, a serviço das Nações Unidas. Estive na África do Sul duas vezes, em 1998 e 1999, também a serviço das Nações Unidas. Também servi em Angola, Cabo Verde e Guiné, durante a chamada “Guerra do Ultramar”, no período entre 1970 e 1975.

Sentiu alguma dificuldade durante a missão relacionada com matérias no âmbito do Direito? Se sim, que dificuldades?

Nas missões ao Ruanda e à África do Sul, não senti dificuldades.

No período de 1970 a 1975, não havia formação nesta área. Não havia nenhuma sensibilização. Enquanto cursei a Academia Militar, não tive nenhuma formação nesta área, até porque se considerava que as Convenções de Genebra eram para ser aplicadas em conflitos internacionais e nós estávamos empenhados em África, em operações anti guerrilha. Elas foram ratificadas em Portugal em 14 de março de 1961, mas ainda não eram muito divulgadas e aplicadas na prática.

Cumpriam-se as regras gerais de natureza humanitária, mas ninguém estava preocupado com as Convenções de Genebra. Quando os nossos militares foram para o terreno, em África, em 1961, tiveram de resolver as situações de forma pragmática, utilizando os princípios humanitários que fazem parte integrante da consciência das pessoas, dos costumes e das práticas que nos foram ensinadas pelos nossos pais, avós e

camaradas. Era mais uma questão de obrigação moral e ética do que um sentimento de percepção de obrigatoriedade jurídica.

Módulo C

De que forma estão as regras de empenhamento relacionadas com o DIHCA?

As regras de empenhamento baseiam-se, essencialmente, nos princípios e nas normas do Direito Internacional Humanitário. No fundo, trata-se de um apanhado de todas as regras de atuação a ser seguidas pelos militares quando estão empenhados em operações. Também baseadas nas práticas do dia-a-dia e ainda das experiências colhidas nas operações humanitárias e demais missões ao serviço das Nações Unidas.

Nas convenções, não há normativos que refiram e enumerem exaustiva e especificamente quais são as regras de empenhamento. As regras de empenhamento derivam, então, dos princípios e das normas gerais do Direito Humanitário.

É no Protocolo I de 1977 que estão plasmados os “Métodos e Meios de Guerra”, as regras base a aplicar no decurso dos conflitos armados, bem como nas Convenções de Haia que, embora sejam de 1907, são fundamentais pelo facto de alguns Estados ainda não terem ratificado os Protocolos Adicionais às Convenções de Genebra de 1977 (caso, por exemplo, dos Estados Unidos da América). Assim, não podemos esquecer-las, pelo facto de serem menos modernas. São convenções mais antigas, mais restritas e menos elaboradas mas, ainda assim, continuam a ser extremamente úteis.

Módulo D

Que responsabilidades têm os comandantes militares e qual a sua preparação do ponto de vista jurídico?

As Convenções, ao longo dos tempos, precisam de ser reinterpretadas. As Convenções de 1907 já têm mais de 100 anos, as de Genebra são de 1949 e têm mais de 60 anos e os Protocolos já estão quase nos 40 anos. A guerra de há 100, 60 ou 40 anos era diferente da de hoje, pelo que as Convenções também têm de ir sendo adaptadas. O Protocolo I, de 1977 já é muito mais moderno que as Convenções anteriores e o legislador já se preocupou mais em introduzir valores e metodologias do que se referir a situações concretas. Imaginemos que era aprovada esta norma do Direito Humanitário: “*É proibido aos militares usar a espingarda automática G3*”. Foi criada uma norma concreta mas, daqui a 10 ou 20 anos, possivelmente já não haverá espingardas automáticas G3, pelo que a norma se esvaziou e deixou de ter utilidade.

Assim, temos a obrigação de legislar de uma forma abstrata e geral, de tal forma que, no futuro, os normativos possam ser aplicados, independentemente da evolução dos armamentos e das táticas. Para isso, o importante é introduzir nas Convenções valores e princípios.

Os princípios fundamentais do Direito Internacional Humanitário são os da humanidade, proporcionalidade e distinção. Os princípios da humanidade e da proporcionalidade são mais gerais. Já o princípio da distinção é o mais difícil de aplicar, porque o combatente está no terreno, a combater, stressado e a “guerra é caos”. Aqui, sentados a conversar, conseguimos racionalizar e distinguir as situações, mas no campo de batalha é muitas vezes difícil distinguir um civil de um combatente, separar um objetivo militar de um bem civil, principalmente nos combates urbanos e nos conflitos assimétricos. Quando se dá conta, o combatente já pode ter praticado algum crime de guerra, mesmo sem o pretender, porque tem muitas dificuldades, devido à tipologia e características dos conflitos modernos, em identificar os “objetivos militares”, em respeitar o princípio da distinção na sua plenitude e em acatar estritamente os limites impostos à regra da “necessidade militar”.

O problema da responsabilidade dos comandantes militares é que estes têm de cumprir as ordens superiores que lhe são impostas e então ficam espartilhados entre duas imposições: - cumprir as ordens superiores, atingir os objetivos que lhe são impostos e, ao mesmo tempo, não infringir toda a panóplia dos normativos impostos pelo Direito Internacional Humanitário. E, mais ainda, fazer cumprir as normas aos seus subordinados, que se encontram no terreno, muitas vezes a grande distância, num ambiente de difícil controlo.

Então e se o Comandante, ou os seus subordinados, tiverem violado as normas do DIH? As altas partes contratantes das Convenções obrigaram-se a investigar e a relatar, a nível nacional, qualquer violação e reportar anomalias e punir os crimes de guerra que sejam cometidos durante os combates. Existe, também, a chamada “*International Fact-Finding Commission*”, que é fundamental dado que, muitas das vezes, é difícil saber o que realmente se passou. Então, a comunidade internacional nomeia um conjunto de peritos, para se deslocarem ao local e investigarem. Normalmente, é constituída por indivíduos de várias nacionalidades, que tentam averiguar os factos, de forma independente, sem relações emocionais ou de qualquer outra natureza.

Além disso, existem normativos, segundo os quais as altas partes contratantes têm a responsabilidade de preparar os seus militares para respeitarem as regras do DIH. Como é

feita esta preparação? Com educação e treino. Educação, na parte teórica, e treino nos exercícios no terreno, para que aprendam as bases gerais e as ponham em prática. É também fundamental, para além desta preparação, que os comandantes tenham “*legal advisers*”, que os possam aconselhar no planeamento das operações e sempre que necessário.

Acima de tudo, é importante não esquecer que, antigamente, os comandantes militares não tinham responsabilidades. A guerra era “*guerra à moda antiga*” e, como se costumava dizer, “*no amor e na guerra, valia tudo*”, ou seja, não havia limites. Havia um almirante inglês que dizia “*a moderação na guerra é pura imbecilidade*”. E a guerra era isso, mas era-o até meados do século XIX, há mais de cem anos atrás, pois era uma guerra em que não havia o mesmo tipo de escrutínio que tem hoje. Com a emergência da sociedade industrial, esta situação foi completamente alterada e, com a revolução industrial em Inglaterra e, mais tarde, em toda a Europa, surgiu a produção de armas em massa e de armas cada vez com maior poder de fogo. Se não houvesse regras para a limitação do uso da força, os exércitos dizimavam-se mutuamente e as populações civis seriam exterminadas.

Módulo E

Na sua opinião, os limites impostos pelo DIHCA estão, atualmente, adequados ao tipo de conflitos existentes? (Sim/Não. Porquê?)

As convenções foram sendo atualizadas, ao longo dos anos. Também hoje estamos confrontados com a emergência de ter de aperfeiçoar os seus aspetos normativos.

Há, simplesmente, uma diferença em relação ao passado, porque as convenções que têm sido aprovadas e ratificadas ultimamente são muito mais cuidadas, são preparadas, redigidas e concluídas com a presença de assessores jurídicos e dos políticos e militares mais experientes, de uma forma muito mais precisa. O legislador é, hoje, muito mais cuidadoso. As convenções antigas também vão sendo atualizadas, reinterpretadas e vão sendo introduzidos novos padrões de conduta, conceitos e metodologias, no sentido de as tornar mais ajustadas à modernidade.

Porque é que, então, não se reúnem os representantes de todos os países, à volta de uma mesa de negociações, em Genebra ou em Nova Iorque, e se fazem novas convenções para substituir as mais antigas? É muito difícil fazê-lo, porque hoje existem cerca de 193 Estados e é muito difícil obter uma consensualidade plena, com tanta rivalidade e diversidade entre eles de valores, religiões, sistemas políticos, etc. Foi possível, em 1949,

obter um consenso universal para aprovar as Convenções, porque o mundo era constituído por pouco mais de um terço dos Estados atuais e ainda porque o Direito era Euro-Centrado. No momento atual, seria muito mais difícil.

Se havia melhorias a introduzir nas Convenções? Claro que sim, mas estas têm sido introduzidas através de Protocolos Adicionais e outros Acordos sobre determinadas categorias de armas e ainda outras sobre a proteção dos civis e em particular das crianças no decurso dos conflitos. Acordos pontuais, que vão sendo aprovados e ratificados, a fim de se evitar que, no seu conjunto, o Direito Internacional Humanitário fique desajustado face às realidades dos nossos dias.

Mas o mais importante são os princípios e os valores e esses estão integrados nas Convenções: - os princípios da Distinção, da Humanidade, da Proporcionalidade, da Responsabilidade, da Necessidade Militar, etc.

À medida que a conflitualidade vai apresentando novos cambiantes, em termos de intensidade, características e utilização de novas tecnologias, em face de algumas lacunas e imperfeições, também a comunidade internacional vai criando novos instrumentos jurídicos para controlo da aplicação da violência.

Já no século XXI, conseguimos completar o Direito Internacional Humanitário, porque depois das normas constantes das Convenções e do Direito Costumeiro, conseguimos criar vários Tribunais Internacionais “ad hoc” e um Tribunal Internacional Permanente com legitimidade e capacidade para investigar, julgar e punir os crimes de guerra, os crimes de genocídio e os crimes contra a humanidade. No fim da linha foi também organizado um sistema prisional internacional onde os culpados cumprem as respetivas penas.

Respondendo diretamente à sua última pergunta, sim, o Direito Internacional Humanitário/Direito dos Conflitos Armados está adequado à conflitualidade dos nossos dias, embora com as imperfeições que são próprias do Direito em geral e do Direito Internacional em particular.

Apêndice B – Entrevista n.º2



ACADEMIA MILITAR

A Aplicabilidade do Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados na Escolha dos Métodos e Meios de Guerra

Autor

Aspirante Aluna de Artilharia Ana Cláudia de Fernandes e Rouquinho

Orientador: Coronel de Artilharia Rui Manuel Ferreira Venâncio Baleizão

Lisboa, março de 2014

Guião da Entrevista

Tema: *“A Aplicabilidade do Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados na Escolha dos Métodos e Meios de Guerra”*

Entrevistador: Aspirante de Artilharia Ana Cláudia de Fernandes e Rouquinho

Entrevistado: Comandante Neves Correia

Data: 30 de maio de 2014

Local: Lisboa

Objetivos Gerais:

- Conhecer a preparação dos comandantes militares antes da sua participação em operações de apoio à paz;
- Perceber se a preparação dos comandantes, ao nível do Direito, é ou não adequada ao tipo de conflitos e funções que vão ter de desempenhar;
- Saber que alterações poderiam ser propostas ao nível da preparação dos comandantes militares;
- Saber a adequação dos limites impostos pelo DIHCA aos métodos e meios de guerra, tendo em conta o tipo de conflitos existentes atualmente.

Módulos Temáticos:

- Módulo A – Apresentação do Entrevistado;
- Módulo B – Tarefas Desempenhadas em Missões
- Módulo C – Preparação dos Comandantes
- Módulo D – Adequação dos Limites Impostos pelo DIHCA aos conflitos atuais

Entrevista

Módulo A

Qual o seu nome?

Comandante Neves Correia.

Que função desempenha atualmente?

Neste momento, sou assessor do Sr. Presidente da República, ou seja, trabalho na Casa Militar da Presidência da República.

Módulo B

Já participou em alguma missão? Se sim, em que missão/missões?

Participei na Operação Sharp Guard, na Ex-Jugoslávia – embargo à Ex-Jugoslávia, a bordo do navio NRP Bérrio, um navio reabastecedor.

Quais as funções exercidas durante a missão/missões que realizou?

Fui chefe do Serviço de Comunicações.

Sentiu alguma dificuldade durante a missão relacionada com matérias no âmbito do Direito? Se sim, que dificuldades?

Em 1994, ainda não se falava muito disso na Marinha Portuguesa. Assim, o que julgo ser mais pertinente é a minha experiência mais recente: não participando numa função de legal adviser in loco, mas tinha juristas. A Marinha começou a colocar juristas nos locais, nas operações de pirataria e a minha imediata começou a participar nas operações. Até aí, eu dava apoio jurídico cá. Portanto, em termos da função exercida durante essa missão, julgo que não é muito relevante. Contudo, no que diz respeito às dificuldades, podemos, aqui, estender um pouco a resposta. Julgo que um comandante tem sempre imensas dificuldades em termos de atuação devido às limitações do Direito Internacional Humanitário. Assim, esta obrigação que existe, por parte das convenções, de haver um legal adviser junto ao comandante é uma grande ajuda. A Marinha, e julgo que a pirataria é o momento crucial desta alteração, começou a ter um legal adviser, um oficial que tivesse o curso de direito, a bordo dos navios em operações. Isto aconteceu pela primeira vez há quatro anos. Até aí, e na primeira operação de pirataria, o comodoro que estava a bordo ligava-me, a qualquer hora do dia ou da noite, para me pedir conselhos

relativamente à parte legal. Um exemplo era, quando faziam a detenção de um pirata, saber o que é que tinham ou não de fazer, bem como o que podiam fazer e quais os limites, além de terem, como é claro, regras de empenhamento. As regras de empenhamento são muito úteis para um comandante porque, como costume dizer, as regras de empenhamento, mais que limitarem o direito e o que se pode fazer, muitas vezes elas “dizem” o direito. Estão a dizer o que é que o direito diz, de forma a que um comandante que tenha pouco conhecimento na matéria, com a ajuda das regras de empenhamento, conheça o direito e os seus limites. Embora por vezes possam ser muito restritivas, outras vezes limitam-se a dizer o direito. Dou-lhe um exemplo prático: uma regra de empenhamento que diga que um comandante não se pode aproximar a menos de 12 milhas de uma determinada costa não está a fazer mais do que dizer o direito. Se disser 13 milhas, está a fazer uma buffer zone, isto significa que está a limitar o direito, dado que o comandante tinha direito a ir até às 12 milhas caso a regra de empenhamento não mencionasse nada. Se disser que pode ir até às 12 milhas, está a limitar-se a dizer o direito e a ajudar o comandante.

Módulo C

Que preparação têm os comandantes militares antes de participar em operações de apoio à paz?

Vou-lhe dar a minha perspetiva, da parte da Marinha. Neste momento, desde 1995, damos Direito Internacional Humanitário nos cursos de operações, onde são ensinadas matérias de Direito e Regras de Empenhamento. A partir de 2002, isto passou a ser feito também em cursos de sargentos e praças e começaram a ser dadas palestras nos cursos de formação de sargentos e nos cursos de cabos. Após isto, o exemplo que tenho onde participei ativamente foi a ida dos Fuzileiros para o Congo. O Congo atravessava uma crise e a resolução do Conselho das Nações Unidas permitia usar a força. Em termos de preparação dos militares, foi-lhes falado de Direito Internacional Humanitário, de regras de empenhamento, do mandato que tinham das nações unidas. Foram também dados muitos casos práticos, onde fazemos com que decidam e o que faltou, durante esta preparação, foi a componente do direito do Congo, que também é importante conhecer, tendo sido dado por um legal adviser da NATO no local, bem como a matéria que faltava dar das regras de empenhamento. De resto, toda a matéria foi dada por nós.

Essa preparação é adequada, tendo em conta a diversidade de operações a ser realizadas? Que alterações poderiam ser propostas?

Olhando para a Marinha, acho que os Comandantes têm, neste momento, uma grande sensibilidade para a matéria. Da experiência que tenho e da maneira como fazem perguntas, isso nota-se, porque uma coisa é perguntar na completa ignorância e outra é perguntar com conhecimento. O Direito dos Conflitos Armados, embora seja básico, tem muitas zonas cinzentas. Toda a gente sabe que não pode matar civis, que não pode destruir objetos não militares nem cometer perfídia, ou seja, simular que se vai render e depois atacar. Se eu disser isto, disse o Direito dos Conflitos Armados todo, porque tudo se integra nisto, enquanto o resto são zonas cinzentas. Diria que o Direito dos Conflitos Armados também se aplica à pirataria, dado que, por decisão da NATO e da ONU se aplica também às peace support operations e, de alguma forma, também em operações de law enforcement.

Em termos de alterações, eu diria que é preciso, primeiramente, sermos mais joint, no que diz respeito aos legal advisers. Na minha opinião, há um joint entre a Marina e a Força Aérea, mas não o há com o Exército. E digo-o com factos. Já há muitos anos, desde 2003, que tenho legal advisers, não em operações, mas em exercícios. Sempre que havia um exercício, mandava uma equipa de legal advisers, para irem aprendendo uns com os outros e irem passando a palavra da experiência, pois um dos problemas que existe é que um legal adviser que acabe de chegar do curso de direito e vá desempenhar funções de legal adviser não tem muita credibilidade, pois por mais que perceba de direito, não tem qualquer experiência. Assim, começamos a preparar pessoas que começavam a ter algum “nome na praça”. Isto não é pela pessoa, mas para a organização, para que confiem em nós. A Marinha está a conseguir isto. Entretanto, o que foi feito foi pedir à Força Aérea para enviar militares para virem ouvir e aprender connosco, daí dizer que existe joint entre a Marinha e a Força Aérea. Chegou a ser chamado pessoal do Exército, mas nunca vieram. Porquê? Porque o Exército não tem um grupo de juristas, mas sim juristas dispersos, enquanto a Força Aérea tem um quadro de juristas e a Marinha tem juristas Técnicos Superiores Navais, que foram organizados de modo a estarem em bolsas: uns para as operações, uns para o material e outros para o pessoal. Desta forma, os nossos juristas de operações trabalham juntos e aprendem uns com os outros. Assim, acho importante sermos mais joint e aprendermos uns com os outros. Acho fundamental ter legal advisers nas operações e ensiná-los cá. Outra coisa importante é o caviat legal, que é fundamental para um comandante. Os caviats operacionais e legais são muito relevantes, pois o comandante,

ao ter um caviat, e dando conhecimento aos outros de que o tem, está a ser ajudado. É um meio de proteção e é importante que os comandantes percebam isto durante a preparação que têm cá. Assim, resumindo, podemos melhorar o joint, podemos melhorar em ter legal advisers operacionais também ao nível do EMGFA, de todos os ramos, que participem nas operações ou pelo menos nos exercícios, para que possam treinar. Neste momento, diria que há grandes preocupações, o que é bom, temos de melhorar e trabalhar mais joint.

Módulo D

Na sua opinião, os limites impostos pelo DIHCA estão, atualmente, adequados ao tipo de conflitos existentes? (Sim/Não. Porquê?)

Eu diria que a primeira resposta é sim. Já enumerei, anteriormente, três situações que são, basicamente, o resumo dos conflitos armados. O que se passa é que é necessário evoluir, porque tudo está a evoluir. Quando falamos, por exemplo, de UAV's, em que um piloto, em vez de estar 3 horas a voar, está 20 horas aos comandos, nos Estados Unidos, e o avião anda a voar no Afeganistão, é necessário estudar se todo o direito se adequa ou não a este tipo de operação nova, porque, como está escrito em alguns artigos, estes militares matam uma série de pessoas por dia e depois vão para casa. Também há um problema de responsabilidade, por exemplo, se metermos inteligência artificial nisto sem controlo, quem é o responsável? Outras matérias que têm de ser pensadas são o problema das empresas militares privadas que, atualmente não têm estatuto. Temos por exemplo o caso da Black Water, que matou pessoas no Iraque e ainda não foram julgados, porque no Iraque foram retirados para os Estados Unidos da América, onde os tribunais não se acham competentes, porque estas empresas não têm um estatuto próprio. Outros aspetos são a ciber war, que é algo que também tem de ser trabalhado em termos de direito internacional e, por fim, outro desafio é o problema da definição dos crimes do Tribunal Penal Internacional, sendo que há um crime que ainda não está bem definido, que é o crime de agressão. O crime de guerra é julgado no Tribunal Penal Internacional, bem como mais dois tipos de crime. Contudo, depois, temos o crime de agressão, não sendo a agressão no sentido de um soldado que agride outro, mas agressão entre países. Aí torna-se necessário perceber quem é que vamos julgar. Este é o quarto crime do Tribunal Penal Internacional, que ainda não viu a luz do dia. Penso que estes sejam os desafios.



ACADEMIA MILITAR

A Aplicabilidade do Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados na Escolha dos Métodos e Meios de Guerra

Autor

Aspirante Aluna de Artilharia Ana Cláudia de Fernandes e Rouquinho

Orientador: Coronel de Artilharia Rui Manuel Ferreira Venâncio Baleizão

Lisboa, março de 2014

Guião da Entrevista

Tema: *“A Aplicabilidade do Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados na Escolha dos Métodos e Meios de Guerra”*

Entrevistador: Aspirante de Artilharia Ana Cláudia de Fernandes e Rouquinho

Entrevistado: Tenente Coronel João Godinho

Data: 12 de maio de 2014

Local: via e-mail

Objetivos Gerais:

- Conhecer a preparação dos comandantes militares antes da sua participação em operações de apoio à paz;
- Perceber se a preparação dos comandantes, ao nível do Direito, é ou não adequada ao tipo de conflitos e funções que vão ter de desempenhar;
- Saber que alterações poderiam ser propostas ao nível da preparação dos comandantes militares;
- Saber a adequação dos limites impostos pelo DIHCA aos métodos e meios de guerra, tendo em conta o tipo de conflitos existentes atualmente.

Módulos Temáticos:

- Módulo A – Apresentação do Entrevistado;
- Módulo B – Tarefas Desempenhadas em Missões
- Módulo C – Preparação dos Comandantes
- Módulo D – Adequação dos Limites Impostos pelo DIHCA aos conflitos atuais

Entrevista

Módulo A

Qual o seu nome?

João Carlos Carvalho e Cunha Godinho.

Que função desempenha atualmente?

Chefe da Repartição de Normalização da Divisão de Planeamento de Forças/EME

Módulo B

Já participou em alguma missão? Se sim, em que missão/missões?

Sim. Agrupamento Conjunto ALFA/FND/SFOR II – Bósnia-Herzegovina e 6^a OMLT-G/FND/ISAF Afeganistão.

Quais as funções exercidas durante a missão/missões que realizou?

Oficial de Ligação (Agr Conj ALFA) e *Senior Mentor* da 6^a OMLT-G.

Sentiu alguma dificuldade durante a missão relacionada com matérias no âmbito do Direito? Se sim, que dificuldades?

Sim, principalmente na missão na BiH, em 2000, face ao desconhecimento quase total que existia sobre o assunto, muito em particular no que se relacionava com as regras de empenhamento (ROE) e com o estatuto dos militares em missão na BiH.

Na missão ulterior não foram sentidas dificuldades sobre o assunto em apreço, visto que entretanto desenvolvi os conhecimentos nessa área, pela qual me interesse particularmente.

Módulo C

Que preparação têm os comandantes militares antes de participar em operações de apoio à paz?

Fundamentalmente são ministradas palestras sobre as ROE e pouco mais. No restante, são por vezes requeridas palestras sobre o Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados, mas nem sempre tal acontece.

Essa preparação é adequada, tendo em conta a diversidade de operações a ser realizadas? Que alterações poderiam ser propostas?

Com a introdução de uma cadeira relativa ao assunto na AM, as lacunas existentes poderão ser um pouco mitigadas ao nível dos Oficiais, no entanto o assunto merece melhor atenção e algum desenvolvimento no que respeita aos sargentos do QP e aos militares em regime de voluntariado (RV) e de contrato (RC).

Quando às alterações, deveria, Fundamentalmente, proceder-se a uma revisão dos conteúdos programáticos ao nível do Curso de Sargentos do QP e dos cursos dos militares em RV/RC.

Ao nível das FND é igualmente possível fazer uma reflexão sobre o assunto, identificar lacunas e insuficiências e colmatar as mesmas.

Módulo D

Na sua opinião, os limites impostos pelo DIHCA estão, atualmente, adequados ao tipo de conflitos existentes? (Sim/Não. Porquê?)

No que respeita ao direito internacional humanitário sim, já não se pode dizer o mesmo relativamente ao Direito dos Conflitos Armados, onde pese embora os princípios do Direito de Genebra e de Haia se possam aplicar de uma forma geral, no entanto, ao nível do Direito de Nova Iorque, muito baseado nas convenções internacionais em que as Nações Unidas (NU) constituem um elemento primordial. Nesse campo ainda existe muito trabalho para desenvolver, particularmente no que se refere às convenções sobre proteção do pessoal das NU em missões de paz, particularmente no que se refere à proteção dos militares nesse tipo de missões, muito em especial quando se trata de missões no âmbito do Capítulo VII da Carta das NU, caso das operações de imposição de paz, onde o recurso à força acontece com elevada probabilidade.



ACADEMIA MILITAR

A Aplicabilidade do Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados na Escolha dos Métodos e Meios de Guerra

Autor

Aspirante Aluna de Artilharia Ana Cláudia de Fernandes e Rouquinho

Orientador: Coronel de Artilharia Rui Manuel Ferreira Venâncio Baleizão

Lisboa, março de 2014

Guião da Entrevista

Tema: “*A Aplicabilidade do Direito Internacional Humanitário e dos Conflitos Armados na Escolha dos Métodos e Meios de Guerra*”

Entrevistador: Aspirante de Artilharia Ana Cláudia de Fernandes e Rouquinho

Entrevistado: Primeiro-Tenente Ernestina Silva

Data: 17 de maio de 2014

Local: via e-mail

Objetivos Gerais:

- Conhecer a preparação dos comandantes militares antes da sua participação em operações de apoio à paz;
- Perceber se a preparação dos comandantes, ao nível do Direito, é ou não adequada ao tipo de conflitos e funções que vão ter de desempenhar;
- Saber que alterações poderiam ser propostas ao nível da preparação dos comandantes militares;
- Saber a adequação dos limites impostos pelo DIHCA aos métodos e meios de guerra, tendo em conta o tipo de conflitos existentes atualmente.

Módulos Temáticos:

- Módulo A – Apresentação do Entrevistado;
- Módulo B – Tarefas Desempenhadas em Missões
- Módulo C – Preparação dos Comandantes
- Módulo D – Adequação dos Limites Impostos pelo DIHCA aos conflitos atuais

Entrevista

Módulo A

Qual o seu nome?

Primeiro-Tenente Ernestina Santos Silva

Que função desempenha atualmente?

Atualmente sou chefe do Departamento Jurídico Operacional e Internacional (DJOI) que funciona no Estado-Maior da Armada.

Módulo B

Já participou em alguma missão? Se sim, em que missão/missões?

Já participei por duas vezes (2011 e 2013) na Operação Atalanta.

Saliento no entanto que o DJOI dá apoio jurídico a todas as operações em que a Marinha esteja empenhada através da formação e treino prévios às missões e, na fase da execução, através dos meios disponíveis para esse efeito

Quais as funções exercidas durante a missão/missões que realizou?

Particpei nas missões suprarreferidas como conselheira jurídica do Comandante da Força Tarefa criada pela União Europeia (EUNAVFOR), para combate à pirataria ao largo da costa da Somália.

Sentiu alguma dificuldade durante a missão relacionada com matérias no âmbito do Direito? Se sim, que dificuldades?

Existem sempre desafios na área do Direito, quando se trata de operação real. O aconselhamento jurídico ao Comandante tem que celer e sólido por forma a facilitar o processo de decisão.

Tratando-se de uma operação multinacional as maiores desafios prendem-se com a necessidade de compatibilizar as necessidades operacionais com as diversas restrições nacionais das unidades da Força, sendo que algumas dessas restrições resultam do ordenamento jurídico desses países.

Módulo C

Que preparação têm os comandantes militares antes de participar em operações de apoio à paz?

Os comandantes na Marinha têm ao longo da sua carreira várias ações de formação (no CPOS, nos cursos de especialização, no estágio para Comandantes e Imediatos, nos Planos de Treino dos Navios, etc), que garantem a formação na área dos Direito dos Conflitos Armados, Direito Internacional Marítimo e uso da força.

Essa preparação é adequada, tendo em conta a diversidade de operações a ser realizadas? Que alterações poderiam ser propostas?

A formação de base acima referida é muito importante mas é essencial que face à diversidade e especificidade sejam criados planos de formação e treino adaptados a cada missão. Nesse sentido foram criadas na Marinha, por exemplo, ações de formação de âmbito jurídico específico para as operações de combate à pirataria e para os militares que integram o contingente nacional na ISAF. Estas ações decorrem imediatamente antes de integrarem as operações. Não tenho nenhuma alteração a referir.

Módulo D

Na sua opinião, os limites impostos pelo DIHCA estão, atualmente, adequados ao tipo de conflitos existentes? (Sim/Não. Porquê?)

O Direito dos Conflitos Armados (DCA) ou Direito Humanitário é, como todos os ramos do Direito, sensível a novas necessidades e problemas. Se pensarmos que o DCA é maioritariamente constituído por normas que resultam do costume internacional e de acordos internacionais, e que os acordos principais (Convenções de Haia e de Genebra) têm largas dezenas de anos, poderíamos pensar que se encontra desatualizado. Na minha opinião o Direito de Haia e de Genebra não estão desatualizados, contêm as grandes linhas e princípios que orientam o DCA e são um exemplo de longevidade em termos de aplicação e utilidade.

Contudo o DCA não estagnou nos grandes instrumentos de Direito Internacional que o enformam. Verificamos que ao longo do tempo foram surgindo outros acordos internacionais que fazem o DCA evoluir, como por exemplo, várias convenções sobre o uso de determinadas armas num conflito armado (à medida que a tecnologia foi evoluindo), ou a criação do Tribunal Penal Internacional e seu estatuto.

Neste contexto, estou convicta que num futuro próximo a evolução tecnológica ditará a existência de regulação sobre o uso de veículos não tripulados ou ciberataques num conflito armado.

Outra questão é saber se o DCA se aplica à maioria das missões. A resposta é não. Mas isso não é uma lacuna do DCA, que é para ser aplicado num conflito armado. Se a nossa missão for combater a pirataria (law enforcement), apoiar um processo de construção de paz (PSO) ou evacuar não-combatentes (NEO), não aplicamos o DCA, porque não há um conflito armado, mas outras normas serão aplicáveis (Direitos Humanos, Resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, direito interno, etc).

Em resumo: temos que estar preparados para guerra, e por isso treinar o DCA, mas temos também que estar conscientes que, em tempo de paz, as missões têm outro enquadramento legal e exigem dos militares flexibilidade e capacidade de adaptação.